

Dezembro 2015 • Ano 5 • Número 20 • R\$ 18,00

# TRANSPARÊNCIA

**IBRACON**  
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

## Controles internos elevam segurança



**A auditoria na era digital**

**O mercado redobra a atenção às boas práticas de gestão das estatais**

Que esse novo ano seja uma porta aberta para a renovação da fé, importantes conquistas e grandes realizações



# Realizações estimulantes



É com muita satisfação que apresento esta 20ª edição da nossa *Transparência Ibracon*.

Seu rico conteúdo demonstra que o Ibracon e nossa profissão continuam avançando em várias frentes.

A entrevista com o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Martonio Alves Coelho, reforça o quanto a entidade tem atuado na defesa e valorização da profissão. Além disso, vivenciamos o debate de temas relevantes como o Relato Integrado, a governança das estatais e o código de ética da nossa profissão, como você pode ler nas reportagens a seguir.

E fortalecemos nossa representação institucional com a edição especial, bilingue, lançada em novembro, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e que marca os dez anos do processo de convergência brasileiro às normas internacionais de contabilidade e auditoria.

Os importantes avanços obtidos em 2015 nos estimulam a prosseguir o trabalho em 2016, ampliando nossa atuação em temas essenciais para o desenvolvimento da profissão e do País.

Encerro o primeiro ano de meu mandato motivado para dar sequência ao planejamento estratégico do Instituto em seus seis grandes eixos: Institucional, Técnico, Relações Institucionais, Desenvolvimento Profissional, Comunicação e Regionais.

E deixo meus melhores votos de um excelente 2016 a todos, repleto de realizações.

Boas festas e boa leitura.

Idésio Coelho  
Presidente do Ibracon

## Nesta edição

6

### Em constante evolução

José Martonio Alves Coelho fala das conquistas do CFC



10

### Governança

Fraudes e escândalos de corrupção podem custar milhões às empresas. Controles internos simples de serem adotados ajudam a prevenir



16

### Todo mundo ganha

O mercado redobra a atenção às boas práticas de gestão das estatais

26

### Fundações

Terceiro Setor avança rumo à adoção de padrões de gestão



## 29 Exemplo para o mundo

Ibracon compartilha experiência brasileira na convergência



Ederson Nunes

## 36 Segredo do sucesso

Conheça Zulmir Ivânio Breda, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC



Arquivo Ibracon

## 44 A auditoria na era digital

Novas tecnologias impactam o trabalho do auditor e se tornam cada dia mais essenciais ao sucesso do negócio

## 48 Nova direção

Felipe Pérez Cervantes assume presidência do Glenif



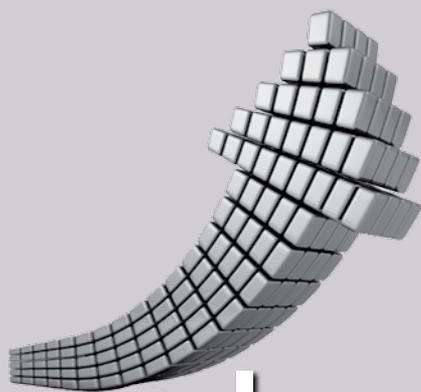
Arquivo Glenif

32  
Educação  
continuada

33  
Sintonia fina

34  
Pingos e  
respingos

42  
Prêmio  
Transparência



# 70 anos de evolução

## CFC INVESTE NO FORTALECIMENTO E APRIMORAMENTO DA PROFISSÃO

Há 70 anos, em 22 de setembro de 1945, foi criado o primeiro curso de Ciências Contábeis no Brasil. O Dia do Contador é comemorado nesta data, por representar um divisor de águas, que deu um novo impulso à profissão contábil no País.

Desde então, o perfil dos profissionais e das organizações contábeis registra uma curva ascendente de evolução. A profissão é reconhecida como estratégica nas corporações.

“Em 2015, tivemos motivos de sobra para comemorar nossa data. O curso de Ciências Contábeis está entre os mais procurados pelos estudantes de graduação, ocupando a quarta colocação no *ranking*, com 328.031 futuros profissionais”, orgulha-se **JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO**, presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), entidade responsável por grande parte das conquistas da contabilidade brasileira.

**De que forma o CFC tem contribuído para a evolução da contabilidade no Brasil?**

O CFC investe no fortalecimento da profissão de diversas formas, principalmente naquelas que visam ao aprimoramento da formação global do profissional.

Realizamos intenso investimento na formação dos profissionais, por meio

do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), além de eventos, cursos, seminários e congressos.

Sempre que possível, firmamos parcerias com instituições de ensino superior com a finalidade de elevar a qualidade dos cursos de Ciências Contábeis e, conseqüentemente, a qualificação do corpo docente.

Uma de nossas metas é aumentar a

quantidade de cursos de mestrado e doutorado para maior acesso dos profissionais que tenham interesse em investir no seu aprimoramento.

Atualmente, o Brasil conta com 23 cursos de mestrado e 11 de doutorado, com 3.221 mestres e 276 doutores na área.

**Qual é o objetivo do Programa Excelência na Contabilidade do CFC?**

A proposta é intensificar a realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em contabilidade, participando financeiramente de projetos específicos direcionados a essa finalidade, mediante convênios firmados com as instituições de ensino superior recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Queremos elevar o número de mestres e doutores em Ciências Contábeis. Há uma relação direta entre a melhoria da qualidade dos cursos de graduação e, por consequência, da formação dos profissionais que atuarão no mercado, e o número de mestre e doutores.

O Brasil conta com uma média de 3,2 mestres e doutores por curso. O número é baixo. Durante 27 anos, apenas a Universidade de São Paulo (USP) oferecia doutorado em Ciências Contábeis. Hoje já são 12 programas no Brasil.

Além de aumentar o número de mestres e doutores, precisamos desconcentrar, regionalmente, a oferta de programas de pós-graduação. A maioria está concentrada nas regiões Sul e Sudeste do País. Um profissional que sai da sua região para cursar a pós-graduação em outra, dificilmente volta, agravando as distorções regionais.

Desde 1994, o CFC mantém o Programa Excelência na Contabilidade e, atentos à necessidade de capilarização, estamos apoiando programas no Tocantins e Mato Grosso, Estados com baixo número de mestres e doutores.

**A evolução da contabilidade demanda profissionais capacitados e atualizados, em sintonia com o mundo globalizado. Quais ações e programas do CFC o**



**senhor poderia destacar neste aspecto?**

Há inúmeras ações, que estão a todo vapor, entre as quais os programas Voluntariado da Classe Contábil e os programas Excelência na Contabilidade e Jovens Lideranças Contábeis.

O CFC também realiza o Exame de Suficiência para os egressos dos cursos de Ciências Contábeis, com

a finalidade de nivelar por cima os futuros profissionais, e, ainda, o Exame de Qualificação Técnica (EQT) para auditores independentes.

Não posso deixar de mencionar o profícuo trabalho do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tive a honra de instituir em 2005 em meu primeiro mandato à frente do CFC. Estamos em processo de



acompanhamento e revisão das normas. E, graças a um forte empenho por parte das instituições envolvidas, o Brasil já se tornou modelo na aplicação consistente das normas IFRS na América Latina.

**O CFC tem obtido bastante visibilidade também por suas ações em todo o Brasil. O que a entidade está planejando para 2016?**

Em 2015, trabalhamos com afinco para a realização de vários eventos, a exemplo da Conferência Regional Interamericana de Contabilidade, do Encontro Nacional da Mulher Contabilista, que aconteceu em Foz do Iguaçu (PR), e das várias convenções de contabilidade em todo o Brasil.

Em setembro de 2016, o destaque ficará por conta do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que acontecerá em Fortaleza.

Não posso deixar de mencionar a parceria firmada com a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) para a realização do projeto Quintas do Saber, que merece destaque pelo teor dos assuntos abordados e pela presença de profissionais de renome e parlamentares.

**O CFC tem atuação marcante também em prol dos pequenos negócios. Qual a importância do segmento para a classe contábil?**

Todos nós sabemos que o controle contábil é a melhor forma de proteção patrimonial das empresas, mas é importante que o dono do negócio tenha isso em mente.

O CFC firmou parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e com a

Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), com a finalidade de apoiar negócios de pequeno porte em todo o País.

Este convênio prevê a realização de eventos, palestras e cursos que visam à capacitação e à educação continuada dos profissionais da contabilidade, oportunizando espaço para o incentivo ao empreendedorismo e à importância da formalização de empresas.

Também queremos estimular a implantação de atividades de articulação local, nas cidades com população entre 50 mil e 300 mil habitantes, com as prefeituras, órgãos afins da administração municipal e entidades empresariais. Outro ponto de destaque desta parceria é o fomento à pesquisa sobre a realidade das micro e pequenas empresas.

Além disso, as três entidades têm conversado sobre os processos contábeis para as pequenas empresas, estabelecidos na ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

### Qual é o balanço do Exame de Suficiência de 2015?

Primeiramente, é importante lembrar que este foi o décimo exame realizado após a Lei n.º 12.249/2010, que, sem dúvida, foi uma grande conquista da contabilidade brasileira.

O Exame de Suficiência já aprovou, nas últimas nove edições, mais de 130 mil bacharéis em Ciências Contábeis, tornando-se ferramenta indispensável para a inserção de profissionais habilitados a atuarem no mercado de trabalho.

O CFC entende ser esta uma importante ferramenta de aferição do conhecimento dos graduados, tendo em vista as novas exigências de um mercado nacional e mundial cada vez mais competitivo e a necessidade de oferecer à sociedade informações contábeis mais seguras, precisas e éticas, entre outras questões.

Após todos esses anos que acompanho o exame, faço uma avaliação extremamente positiva, tanto para os profissionais quanto para os empregadores, pelo fato de ser um grande balizador de qualidade no ensino das Ciências Contábeis, evitando que muitos profissionais sejam inseridos no mercado sem a necessária capacidade profissional.

Este eficaz indicador, certamente, vem despertando nas instituições de ensino superior a necessidade de evoluir e de melhor se aparelhar para oferecer um excelente ensino da contabilidade.

O 2º Exame de Suficiência de 2015 foi realizado, em setembro, em 126 cidades brasileiras, com a participação

de mais de 43 mil bacharéis em Ciências Contábeis.

**O CFC também vem aprimorando o Exame de Qualificação Técnica (EQT). O que o senhor pode nos adiantar sobre o assunto?**

## NO FUTURO, A CONTABILIDADE SERÁ A PROFISSÃO MAIS DEMANDADA DO MUNDO

A revisão da Norma Brasileira de Contabilidade atualização da NBC PA 13 (R2) trouxe algumas inovações ao Exame de Qualificação Técnica (EQT) a partir de 2016.

Uma das mais importantes mudanças diz respeito à instituição de uma prova específica para os profissionais interessados em atuar no mercado regulado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos moldes do que hoje ocorre com as provas específicas do EQT para os contadores que atuam em auditoria independente em instituições reguladas pelo Banco Central e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Essa prova foi criada com o objetivo de simplificar o acesso dos profissionais que não estão interessados em atuar no mercado regulado pela CVM ao Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), mantido pelo CFC.

Atualmente, a prova aborda muitos temas específicos da CVM, que não são necessários para quem quer atuar em outros segmentos.

Como o registro no CNAI é uma exigência cada vez maior do mercado, estamos aperfeiçoando o Exame de

Qualificação Técnica para ampliar o acesso.

Além da inclusão de uma nova prova, o EQT também passará, em 2016, por mudanças na abordagem dos temas. A Comissão Administradora do EQT está trabalhando no aperfeiçoamento das provas para que elas tragam mais questões ligadas à prática da atuação do auditor.

### Como o CFC vê o futuro da profissão?

Em minha análise, os novos horizontes da contabilidade podem ser traduzidos, essencialmente, na evolução da educação continuada, atrelada a normativos mais modernos e ao desenvolvimento tecnológico, com o uso contínuo das diversas plataformas disponíveis e das que ainda estão por vir.

Com isso, temos trabalhado, diuturnamente, no desenvolvimento de profissionais mais valorizados que, ao fazerem seus registros contábeis, gerem informações precisas, confiáveis e transparentes para gestores e para a sociedade.

Sabemos que este processo de total transformação não acontece da noite para o dia, mas sou muito otimista com relação às perspectivas de nossa profissão. Acredito que teremos, no futuro, uma contabilidade muito mais respeitada mundialmente e digna de posições cada vez mais altas no *ranking* das profissões regulamentadas, pois o conhecimento é a mais importante chave e fonte de riqueza para a sociedade.

No futuro, já consigo descortinar o valor e o reconhecimento da profissão contábil no cenário mundial. O fiel cumprimento dos nossos novos e futuros dispositivos normativos aliado à tecnologia de ponta certamente fará da contabilidade a profissão mais demandada do mundo. ✓

# Segurança e simplicidade



Xyshimada/Shutterstock

# FRAUDES E ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO PODEM CUSTAR MILHÕES ÀS EMPRESAS, MAS CONTROLES INTERNOS SIMPLES DE SEREM ADOTADOS AJUDAM A PREVENIR DESASTRES MUITAS VEZES IRREVERSÍVEIS

O caso já virou clássico no estudo de Finanças. A Enron, maior empresa de energia dos Estados Unidos, que por mais de uma década foi aplaudida por sua ousadia na realização de negócios, chocou os mercados mundiais em 2001, quando pediu concordata em meio a uma das maiores investigações de fraude corporativa da história do país.

Os malabarismos fiscais e contábeis que sua cúpula gestora aprovou durante anos culminaram em dívidas de mais de US\$ 13 bilhões e um desvio de divisas que passava dos US\$ 25 bilhões.

As fraudes decretaram a falência de uma das mais celebradas companhias americanas, mas, apesar de o caso ter se tornado emblemático, um estudo divulgado recentemente pela Associação de Examinadores de Fraudes (ACFE, na sigla em inglês) mostra que casos de corrupção nas empresas são mais comuns do que se pensa.

As formas de combatê-los, contudo, são encontradas em

soluções simples e uma cultura de controles internos pode prevenir tais incidentes. Apesar disso, muitas empresas ainda não usam os métodos de controles como deveriam. Muitas delas encontram dificuldades na própria cultura, tanto da empresa, quanto da sociedade em que estão inseridas.

DENÚNCIAS  
ANÔNIMAS SÃO  
EFICIENTES PARA  
CONTROLAR  
FRAUDES

Imagine um funcionário de uma grande empresa. Vamos chamá-lo de "X". Ele ocupa um cargo intermediário de gerência no departamento de vendas da companhia. Ainda não integra o alto escalão, mas já lidera uma pequena equipe. Desempenha sua função com razoável empenho, é bem visto

tanto pelos gestores quanto pelos subordinados.

Devido à posição que ocupa, "X" possui alguns benefícios interessantes. Por exemplo, um carro que a empresa disponibilizou para seu deslocamento diário e para as viagens a trabalho. Embora ele tenha carro próprio, sempre que decide se deslocar com a família para uma cidade do interior, onde tem uma casa de campo, "X" usa o carro da empresa.

O combustível usado é contabilizado como despesa corporativa no relatório de gastos que "X" apresenta periodicamente. Embora o uso do carro seja inofensivo e "X" proceda de forma cautelosa ao dirigir, as viagens de fim de semana não fazem parte das situações em que o uso do veículo corporativo é permitido, de acordo com as normas da companhia. Trata-se, portanto, de um caso de corrupção, pelo uso indevido do recurso.

Embora haja os que pensem ser um exagero tratar o "inofensivo"

## Localização geográfica das companhias vítimas de fraude



Região	Número de casos	Percentual de casos
Estados Unidos	646	48,0%
África Subsaariana	173	12,8%
Ásia-Pacífico	129	9,6%
Europa Ocidental	98	7,3%
Europa Oriental/Ásia Central	78	5,8%
Canadá	58	4,3%
América Latina e Caribe	57	4,2%
Sudeste Asiático	55	4,1%
Oriente Médio e Norte da África	53	3,9%

(Fonte: ACFE)

uso do veículo de forma indevida como fraude, distorções como essa, geralmente, são a porta de entrada para atos de proporções maiores. E as consequências desses atos, mesmo os aparentemente inócuos, custam caro – e muito – para companhias no mundo todo.

O estudo da ACFE, com base em dados de 2014, mostra que as empresas perdem, em média, 5% de suas receitas por ano por causa de fraudes. O estudo foi realizado com base em um questionário respondido por 1.483 investigadores de fraudes corporativas em mais de 100 países.

Para se ter uma ideia da seriedade da situação, se esse número for extrapolado e relacionado com o Produto Interno Bruto global, o montante chegaria a cerca de US\$ 3,7 trilhões por ano. A perda média causada por fraudes nas empresas chega a US\$ 145 mil, embora 22% dos casos analisados pela ACFE tenham sido de perdas superiores a US\$ 1 milhão.

Conforme aponta a pesquisa, fraude é um mal global. Não há discriminação: ocorre em todos os continentes, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, afetando empresas grandes e pequenas (embora estas últimas sintam muito mais os efeitos de atos de corrupção).

Os Estados Unidos lideram o número de casos de fraudes investigados entre 2013 e 2015, com 646, segundo mostra o mapa acima. O país, contudo, tem um dos menores valores de perda média com fraudes, de US\$ 100 mil. Em contrapartida, a região que compreende a Europa Oriental e a Ásia Central reportou 78 casos (5,8% do total), mas a perda média estimada foi de US\$ 383 mil.

EM MÉDIA,  
AS EMPRESAS  
PERDEM 5%  
DAS RECEITAS  
ANUAIS DEVIDO  
A FRAUDES



# Tipos de fraudes

Segundo a ACFE, as chamadas fraudes ocupacionais, que ocorrem nas empresas, podem ser classificadas em três categorias primárias. A primeira delas, e a mais comum nas companhias, conforme mostra o gráfico abaixo, é a apropriação indevida de ativos, que podem ou não ser financeiros.

O uso de bens corporativos para fins pessoais e roubo de materiais de escritório não envolvem ativos financeiros.

No caso dos financeiros, esquemas em cobranças ou na folha de pagamentos (como o registro de funcionários-fantasma) estão entre as situações mais comuns.

O segundo e o terceiro tipos de fraudes ocupacionais, geralmente, trazem consequências mais graves para as companhias.

A corrupção é uma fraude que está frequentemente ligada ao alto escalão da empresa, embora não seja uma regra. Casos de conflito de interesses na gestão ou

em processos de venda ou fusão, suborno e bonificações ilegais fazem parte das situações mais comuns encontradas pelos investigadores de fraudes, de acordo com o estudo.

O terceiro tipo de fraudes, nos demonstrativos financeiros, envolvem adulteração de informações cruciais para a empresa, tais como receitas fictícias, superestimação ou subestimação na avaliação de ativos da companhia, dentre outros exemplos. O caso da Enron se enquadra nessa categoria, embora também tenha havido episódios de corrupção.

A apropriação indevida de ativos compreende cerca de 85% dos casos estudados e é o tipo de irregularidade com o menor prejuízo médio para as empresas, ficando em US\$130 mil por ano.

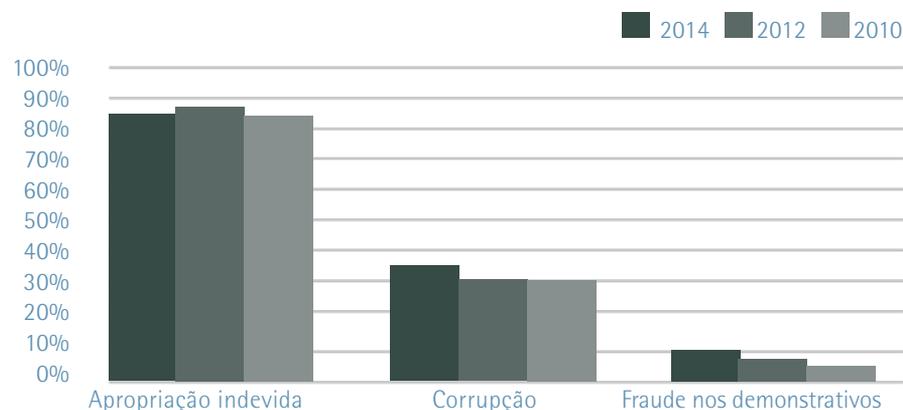
Já os casos de fraude nos balanços corresponderam a apenas 9% dos episódios, porém, como seria esperado, foram os mais custosos, com prejuízos superiores a US\$ 1 milhão. Situações de corrupção,

37% dos casos, fizeram com que as companhias arcassem com prejuízos de, em média, US\$ 200 mil.

O tempo decorrido entre o início e a detecção das ações fraudulentas foi de 18 meses. Os esquemas envolvendo a apropriação indevida de ativos não-financeiros, por exemplo, foram os que levaram menos tempo para serem detectados: 12 meses desde o início das atividades. Contudo, por causarem prejuízos razoáveis às empresas – em comparação com a apropriação indevida de ativos financeiros – em um curto período de tempo, esses tipos de irregularidades entraram de forma mais marcante no radar dos investigadores.

FRAUDES NOS  
BALANÇOS  
ENVOLVEM  
OS MAIORES  
VALORES

## Fraudes mais comuns



(Fonte: ACFE)

# Benditos “dedos-duros”

As denúncias anônimas são, de longe, a forma mais comum e eficiente pela qual a empresa toma conhecimento de fraudes e atos de corrupção.

O estudo mostra que mais de 40% dos casos foram detectados graças às dicas de funcionários. Segundo os entrevistados para o estudo, as repercussões negativas de fraudes, não somente para as empresas, como também para os funcionários, são a maior motivação para as denúncias.

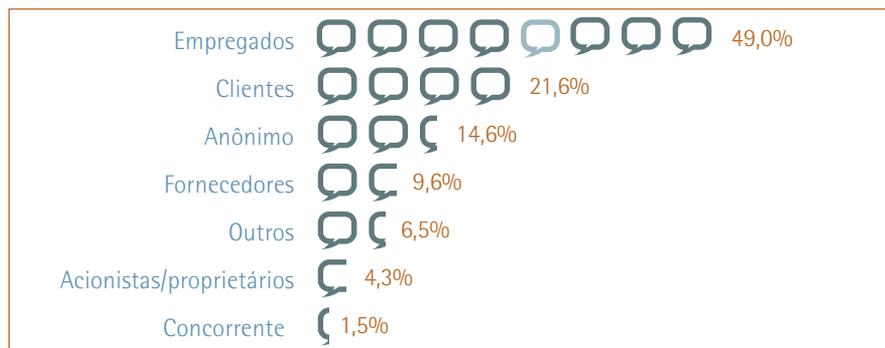
Essas dicas de funcionários chegam aos investigadores, geralmente, por meio de canais diretos de comunicação,

como linhas diretas nas quais se pode fazer denúncias anônimas.

As empresas com esses canais tiveram 41% menos prejuízo e detectaram

fraudes em um tempo 50% menor do que as demais.

## Tipos de denúncias\*



## Tipos de controles

A pesquisa comprova que os mecanismos de controles internos são essenciais na gestão de riscos e fraudes.

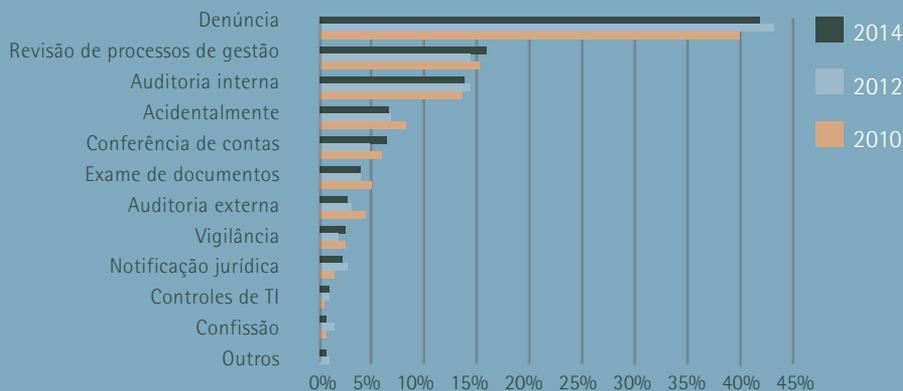
Os quadros abaixo e ao lado mostram os mecanismos utilizados pelas empresas.

O mais comum (81,4%) é a contratação de auditores externos para apurar eventuais irregularidades.

## Mecanismos antifraude mais comuns nas empresas\*



## Outros mecanismos importantes para detectar fraudes\*



\*Fonte: ACFE

# As vítimas

Companhias privadas, de capital fechado e aberto, correspondem a dois terços das vítimas de fraudes, segundo reportado pelo estudo da ACFE. Elas também foram as que sofreram as maiores perdas médias.

Já as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as companhias estatais corresponderam a 10,8% e 15,1% dos casos de fraude, respectivamente, com perdas medias consideravelmente menores do que as de empresas privadas.

O estudo também aponta que empresas pequenas, com menos de 100 empregados, são as maiores vítimas de atos ilegais. Além disso, as perdas médias anuais para as pequenas companhias e para as grandes (com mais de 10 mil empregados) foram as maiores, ficando em US\$ 154 mil e US\$ 160 mil, respectivamente.

As empresas do setor financeiro e bancário aparecem com a maior frequência de casos corrupção e fraudes. No estudo, elas compreendem 17,8% do total. As empresas estatais e as indústrias vêm em seguida.

A ACFE afirma, no entanto, que os resultados não permitem concluir que determinados setores são mais ou menos arriscados, já que outras variáveis contribuem, como número médio de funcionários contratados, nível de tecnologia utilizado no setor, dentre outras.

Sobram evidências, com base no estudo, para o fato de que fraudes e casos de corrupção são comuns e não fazem distinção de porte, localização e setor da empresa.

Assim, os mecanismos de controles que as companhias podem adotar mostram-se de vital importância para evitar não apenas os prejuízos financeiros, mas também danos à imagem da empresa que podem ser irreparáveis, como foi o caso da Enron.

## MECANISMOS DE CONTROLES SÃO VITAIS

Segundo a pesquisa da ACFE, métodos passivos de detecção de fraudes, tais como auditoria interna, contratação de auditores externos, dentre outros, embora importantes, não podem ser encarados como as únicas linhas de defesa contra ações ilícitas dentro das companhias.

Os métodos passivos são, conforme mostra o estudo, mais lentos na identificação de irregularidades e, quanto maior o tempo decorrido entre o início da ação ilegal e sua detecção,

maior o prejuízo. Infelizmente, tais métodos ainda são os mais utilizados pelas empresas.

Embora muito mais eficientes, os métodos ativos de detecção, como por exemplo a criação de linhas diretas ou o monitoramento de dados, ainda são usados pela minoria das companhias.

Esses métodos fazem não apenas com que as fraudes sejam descobertas mais rapidamente, como também estão associados a prejuízos médios muito menores quando estão presentes no dia-a-dia das empresas.

Dessa forma, a ACFE alerta que, "ao determinar como e quanto investir em métodos antifraude, os diretores das companhias deveriam observar a eficiência do método, selecionando aqueles que ajudam a aumentar a consciência de que fraudadores serão pegos". ✓



# Todo mundo ganha

O MERCADO REDOBRA  
A ATENÇÃO ÀS  
BOAS PRÁTICAS DE  
GOVERNANÇA DAS  
ESTATAIS



As empresas estatais desempenham um papel relevante para o desenvolvimento de muitos países, representando uma parte substancial do Produto Interno Bruto (PIB), do emprego e da capitalização do mercado.

Frequentemente, elas estão à frente de serviços públicos e indústrias de infraestrutura, como energia, transportes e telecomunicações, tornando-se fundamentais para assegurar uma contribuição positiva para a eficiência econômica e competitividade geral dos países.

Dada essa importância, diferentes instituições se dedicam atentamente à constante revisão das boas práticas de governança das estatais, como é o caso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que lançou recentemente suas Diretrizes sobre Governança Corporativa para Empresas de Controle Estatal.

Em setembro, a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa) lançou o Programa Destaque em Governança de Estatais, para incentivar essas empresas a fortalecer suas práticas e estruturas de governança corporativa.

“A importância das estatais na economia e na história do desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro é incontestável e se reflete em sua robusta participação no valor de capitalização das companhias listadas”, explica Flavia Mouta Fernandes, diretora de Regulação de Emissores da BM&FBovespa.

Para ela, o grande objetivo do programa é auxiliar as estatais a resgatar sua credibilidade, por meio da transparência e de estruturas de controle interno que efetivamente funcionem.

Sendo tão representativas na economia nacional, qualquer abalo em sua credibilidade mexe com todo o mercado.

“O aprimoramento das práticas de governança corporativa, ao reduzir as incertezas, propicia condições para uma ‘precificação’ mais precisa dos valores mobiliários por parte dos investidores, com implicações importantes sobre o custo de capital dessas companhias”, analisa a diretora.



# Selo de boa governança

O Programa Destaque em Governança de Estatais, voltado a estatais abertas ou em processo de abertura de capital, pretende incentivar essas companhias a aprimorar suas práticas e estruturas de governança corporativa por meio da certificação Destaque Estatal.

No lançamento do programa, o presidente da BM&FBovespa, Edemir Pinto, disse que a instituição é pioneira no mundo nesse tipo de certificação. E antecipou que a entidade pretende realizar um trabalho de fomento intensivo do Programa junto às estatais, principalmente as que estão para abrir capital. “Essas serão as primeiras a serem visitadas”, promete o presidente.

“O objetivo do programa é aprimorar as práticas relativas à prestação de informações e à estrutura de governança das estatais, visando a aumentar a proteção do investidor, ajudar na recuperação da credibilidade dos investidores no mercado e reduzir o custo de captação dessas companhias”, explica a diretora Flavia Mouta.

A certificação não se dará pela auto-avaliação das estatais, mas pela análise criteriosa por parte da Diretoria de Regulação da BM&FBovespa, que, anualmente, realizará avaliações para verificar se as boas práticas continuam de pé, sempre após a publicação do Formulário de Referência, ou eventualmente, quando algum fato novo indicar alteração das medidas adotadas.

O Destaque Estatal contribui para a restauração da relação de confiança entre investidores e estatais, por meio de medidas objetivas e concretas para a redução de incertezas quanto à condução dos negócios, com a



**FLAVIA MOUTA FERNANDES**

divulgação de informações.

O Destaque Estatal propõe medidas de adesão voluntária, a serem implantadas a curto e médio prazo pelas estatais listadas na Bolsa ou em processo de abertura de capital.

As empresas podem aderir a dois tipos de certificações. Na Categoria 1, os aderentes têm de cumprir na íntegra as 25 medidas propostas no programa. “Imaginamos que essa seja uma categoria mais de longo prazo. As companhias não vão aderir a todas as medidas de imediato”, avalia Flavia Mouta.

Na categoria 2, a empresa tem de cumprir pelo menos seis medidas obrigatórias e somar 27 pontos nas medidas opcionais. “De imediato, o mais importante para as estatais interessadas não é avaliar as vantagens entre as duas categorias ou mesmo aderir ao programa, mas refletir sobre a importância dos aprimoramentos de governança corporativa e tomar as providências necessárias. As medidas mais

significativas são obrigatórias para ambas: instituir uma área de controles internos, aprimorar a divulgação de informações ao mercado, seguir requisitos obrigatórios para a composição da alta administração da companhia e do conselho fiscal. São ações que vão demandar esforços de implementação por parte das companhias”, diz Flavia Mouta



**EDEMIR PINTO**

# Linhas de defesa

## TRANSPARÊNCIA É ESSENCIAL PARA O INVESTIDOR AVALIAR RISCOS

As medidas propostas no Programa Destaque em Governança de Estatais foram divididas em três linhas de ação.

A primeira delas refere-se à Transparência na Divulgação de Informações, para que o investidor conheça os objetivos do controlador estatal, tornando previsível seu comportamento e os riscos futuros.

“O ponto-chave, aqui, é aprimorar as informações do Formulário de Referência, de modo que contenha a definição prévia e clara das políticas e das diretrizes públicas a serem perseguidas pela estatal, bem como dos recursos envolvidos, refletindo, quando aplicável, os Planos Plurianuais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual”, explica Flavia Mouta.

A segunda linha de ação trata das Estruturas e Práticas de Controles Internos, visando ao estabelecimento de mecanismos internos de governança que desencorajem a atuação de administradores que desviam a atividade da estatal de seu objeto em benefício de políticas públicas que vão além do interesse público previsto na autorização legislativa e, conseqüentemente, no objeto social da estatal.

Segundo a diretora da BM&FBovespa, no âmbito dos controles internos, o Programa recomenda três linhas de defesa para as estatais:

“O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) auxilia o Conselho de Administração no exercício de suas funções, permitindo que este tenha acesso a um relato detalhado sobre monitoramento das atividades de auditoria”, explica Flavia Mouta. Segundo ela, “quando esse trio funciona bem, a companhia obtém um ganho significativo nos seus controles internos”.

Outra linha do programa diz respeito à composição da administração da empresa, no sentido de ressaltar a importância da existência de critérios detalhados em relação à qualificação e à *expertise* de conselheiros de administração e diretores em relação às áreas estratégicas de atuação da estatal para a indicação de administradores.

Segundo Flavia Mouta, além de mostrar a diferenciação entre o que são deveres do acionista controlador, do conselho de administração e do conselho fiscal, o Programa demanda que a estatal tenha requisitos mínimos de qualificação dos administradores. A companhia deve descrever qual tipo de administrador quer para compor sua gestão, descrevendo, por exemplo, a política de indicações de cargos-chave, os requisitos mínimos para cada um dos administradores que serão eleitos, como, por exemplo, ter experiência mínima em gestão, disponibilidade de tempo e formação acadêmica compatível com a função.

- AÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS, POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO COTIDIANA DE CONTROLES INTERNOS;
- CRIAÇÃO DE UMA ÁREA DE COMPLIANCE E RISCOS;
- INSTITUIÇÃO DE UMA ESTRUTURA MAIS INDEPENDENTE DO DIA-A-DIA DA COMPANHIA E, PORTANTO, CAPAZ DE AVALIAR A EFETIVIDADE DAS ESTRUTURAS E PROCESSOS DE CONTROLES INSTALADOS. PARA TANTO, A ESTATAL DEVE INSTALAR UMA AUDITORIA INTERNA E UM COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE).

# Diretrizes alinhadas

Ao definir as medidas do programa, a BM&FBovespa levou em conta as diretrizes sobre governança corporativa para companhias estatais propostas por instituições como a OCDE e a Cooperação Andina de Fomento (CAF), e estudou as práticas adotadas por empresas consideradas referências mundiais no assunto.

A área de Regulação da BM&FBovespa mapeou as regras de governança corporativa propostas em várias jurisdições do mundo. “Antes de lançar nossa proposta, queríamos saber o que os outros países estão fazendo, quais mudanças vêm sendo propostas para as boas práticas de governança de estatais”, explica Flavia Mouta, diretora de Regulação de Emissores da BM&FBovespa.

O programa também serviu para levantar a discussão da questão da governança corporativa em vários âmbitos. E Flavia Mouta vê com bons olhos as resoluções aprovadas pela Comissão Interministerial de Governança e de Administração de Participações Societárias da União

(CGPAR) no sentido de aumentar a transparência e a governança das estatais federais.

“As resoluções determinam que as empresas estatais federais divulguem na internet, com acesso fácil, as demonstrações contábeis anuais por cinco anos. E adotem planos anuais de trabalho para os conselhos fiscais, submetendo essas demonstrações contábeis a auditorias independentes”, esclarece a diretora.

As resoluções afetam as estatais como um todo, incluindo as empresas públicas que não têm capital aberto. Flavia Mouta explica que essas medidas do CGPAR não têm relação com o Programa Destaque da BM&FBovespa, mas ressalta que, na sua construção, houve intensas discussões com os controladores públicos. “Foi útil para que todos analisassem o assunto e avaliassem, dentro da sua esfera de atuação, o que poderia ser feito para avançar no processo de aprimoramento da governança de estatais”.

## Fomentando a interlocução

Criada no âmbito do Programa Destaque em Governança de Estatais, a Câmara Consultiva de Mercado de Governança de Estatais da BM&FBovespa conta com a participação do Ibracon e entidades como a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Nacional), o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri), a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre outras.

“A Câmara tem se mostrado bastante atuante. Seu papel é discutir temas que podem ser aprimorados no Destaque, nesse sentido, nossas reuniões têm sido muito proveitosas, dada a

qualidade das discussões e reflexões levantadas pelos participantes”, avalia Flavia Mouta, presidente da Câmara.

“A Câmara tem o papel de fomentar a interlocução constante com os participantes do mercado acionário brasileiro”, explica Francisco Maldonado Sant’Anna, diretor de Comunicação do Ibracon e representante do Instituto.

Ele ressalta a importância da Câmara e do Destaque Estatal, lembrando que, de acordo com um estudo da BM&FBovespa, há 30 companhias listadas das esferas federal, estadual e municipal.

“O estudo da BM&FBovespa mostrou que, em 2015, as estatais



**FRANCISCO MALDONADO SANT'ANNA**

responderam por 14,23% da capitalização do mercado brasileiro, o que correspondeu a R\$ 300 bilhões em agosto de 2015, e 21,9% do volume médio negociado no período”, acrescenta Sant’Anna.

# Empresa ética

As boas práticas de governança nas estatais também entraram na pauta da 2ª Conferência Empresa Limpa, realizada no Rio de Janeiro, em novembro, para premiar as empresas selecionadas para o programa Empresa Pró-Etica, da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos.

A premiação foi conduzida pelo ministro-chefe da CGU, Valdir Simão, que afirmou a necessidade de fortalecer os mecanismos de *compliance* nas estatais.

“É essencial envolver a empresa em um ambiente íntegro para que todos cooperem e para que a empresa pratique no dia-a-dia a ética, a responsabilidade e a transparência”, disse Simão, lembrando que a CGU prepara um manual com orientações de transparência, gestão e fiscalização para as estatais.

O programa Empresa Pró-Etica avalia os pedidos de adesão voluntária das empresas por meio de um Comitê Gestor, presidido, alternadamente, pela CGU e pelo Instituto Ethos, e composto por mais oito instituições dos setores público e privado reconhecidas no meio empresarial.

O Ibracon integra o Comitê Gestor do Programa Pró-Ética e é representado pelo associado Jorge Alberto da Cunha Moreira, que tem como suplente o diretor de Regionais, Adelino Dias Pinho.



VALDIR SIMÃO

## CGU DEFENDE AMBIENTE DE INTEGRIDADE

O diretor de Administração e Finanças do Ibracon Nacional, Francisco de Paula dos Reis Junior, participou da premiação de 2015. ✓



# Avanços do Relato Integrado

## IR GANHA FORÇA NO BRASIL E NO MUNDO

Em 2013, teve início na Europa um movimento global, a partir de uma aliança entre reguladores, investidores, empresas, profissionais do setor contábil e ONGs, para promover a integração entre as informações financeiras, não financeiras e de governança em relatórios corporativos – Relato Integrado (IR).

“O objetivo era atender ao anseio dos públicos de interesse por uma maior conectividade entre as informações disponibilizadas pelas empresas em seus relatórios”, lembra Leonardo Dutra, coordenador do GT Multidisciplinar do

Ibracon, criado para tratar de temas como sustentabilidade, Relato Integrado, balanço social, efeito estufa, entre outros assuntos relacionados.

Desde então, o Ibracon acompanha de perto esse movimento, liderado pelo International Integrated Reporting Council (IIRC), que culminou com o lançamento de um *framework* e a criação de um projeto-piloto em 2013.

“De lá para cá, muita coisa mudou. Mais de 100 organizações mundiais, sendo 12 brasileiras, aderiram aos preceitos do IR”, afirma Leonardo Dutra, destacando o programa Relate ou Explique, da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa), que exige que as empresas listadas informem se publicam Relatório de Sustentabilidade ou Integrado e onde ele está disponível.

“De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), o Brasil foi o terceiro país em número de empresas engajadas nessa etapa”, completa Dutra.

O coordenador do GT Multidisciplinar do Ibracon fez um levantamento dos progressos obtidos por outras nações. “Após a fase do programa piloto, nota-se que iniciativas locais em determinados países ou blocos têm ganhado força. Com destaque para a Europa e Américas”, revela ele.



LEONARDO DUTRA



## Mapa da aderência

Na Europa, mais de 800 empresas já publicam seus relatórios considerando os conceitos do IR. No continente há diversas iniciativas, compulsórias e voluntárias.

Entre elas, uma diretiva aprovada pelo Parlamento Europeu, exige que cerca de 6 mil entidades europeias de interesse público, com mais de 500 empregados, relatem informações relacionadas às questões ambientais, sociais, patronais, de direitos humanos, corrupção e suborno nos seus relatórios de gestão.

Na Alemanha, empresas e investidores trocam experiências regularmente. A Deutsche Börse Group foi a primeira bolsa de valores a se envolver no tema. Na França, aproximadamente 20 empresas do CAC40 (índice de mercado de ações francês), estão fortemente comprometidas com o desenvolvimento do IR desde 2011. No Reino Unido são realizadas reuniões regulares para

discutir sua implementação no contexto da exigência no país por um relatório estratégico.

“Algumas empresas na área de tecnologia também analisam como a tecnologia pode apoiar as novas tendências de informação corporativa, especificamente a adoção global do IR”, afirma Leonardo Dutra.

### Destaque

O levantamento realizado por Leonardo Dutra mostra que a África do Sul se destaca pelas boas práticas de sustentabilidade e relatos integrados.

Em 2009, com o código voluntário *King Code of Governance Principles*, o país reconheceu a importância de incorporar aspectos de sustentabilidade, inovação e transformação social na agenda da governança corporativa de suas

empresas. A adesão ao código é voluntária para todas as organizações do país e obrigatória para aquelas listadas na bolsa de valores de Johannesburgo (JSE).

Desde 2010 a JSE exige que as empresas listadas divulguem seus relatórios anuais contábeis e de sustentabilidade no formato de relatos integrados e seguindo o conceito *Relate or Explain*, tendo sido a primeira bolsa de valores do mundo a incentivar a discussão sobre relatos integrados.

“Quando comparada a mercados emergentes, a JSE já havia sido pioneira entre as bolsas de valores a introduzir índices de sustentabilidade para as companhias listadas com aspectos ambientais, sociais e de governança na tomada de decisão dos investidores”, afirma o coordenador do GT Multidisciplinar do Ibracon.

# Outras iniciativas

Leonardo Dutra destaca exemplos importantes e uma notória tendência de expansão e desenvolvimento do IR na Ásia.

“A publicação de relatos integrados no bloco asiático já chega a 20 organizações. De acordo com o IIRC, estimativas apontam que por volta de 180 organizações japonesas já estão caminhando para a adoção do Relato Integrado. Nos demais países asiáticos, embora ainda não tenham sido adotadas políticas ou exigências formais, é possível observar movimentos nacionais na busca por maior transparência e sustentabilidade nos negócios”, diz Dutra.

Na Índia, a publicação de um *Business Responsibility Report* é obrigatória para as cem maiores empresas listadas em sua bolsa de valores.

O Oriente Médio também adota leis e ações que demandam a gestão e reporte de indicadores relacionados

às questões ambientais e de saúde e segurança. “Diante desse cenário, é possível afirmar que a Ásia e o Oriente Médio apresentam um ambiente de muitos desafios e oportunidades de desenvolvimento em relação ao Relato Integrado”, explica Leonardo Dutra.

Segundo ele, há também boa receptividade em relação ao conceito proposto pelo *framework* do Relato Integrado em grande parte das empresas da Oceania. E, na Austrália, o *Corporation Act*, sancionado em 2001, definiu que empresas listadas, públicas, de grande porte e determinadas empresas de pequeno porte devem incluir informações referentes à conformidade com leis e requisitos ambientais em seus relatórios anuais.

O *New Zealand Financial Reporting Act*, sancionado em 2013, estabeleceu as diretrizes para elaboração de relatórios contábeis pelas organizações na Nova Zelândia.

## Novo mundo

No Canadá, três empresas participaram do projeto-piloto do IR. “As informações do IIRC dão conta de que, nos Estados Unidos, aproximadamente 500 empresas fizeram pelo menos uma publicação relacionada à sustentabilidade, mas apenas sete fizeram este relato em forma de Relato Integrado, conforme dados de 2013”, diz Dutra.

Segundo ele, um dos motivos é que as empresas hesitam em fazer declarações sobre previsões de desempenho futuro por temerem litígios e provavelmente grande parte delas somente relataria se houvesse alguma obrigação. “De fato, as empresas americanas só irão se envolver quando acreditarem que a maioria dos investidores, ou de outros *stakeholders*, passem a exigir o Relato Integrado”, analisa o coordenador do GT Multidisciplinar do Ibracon.

## Sobrevivência dos negócios

Lembrando que, em agosto, a 5ª Seção Regional do Ibracon e o GT Multidisciplinar da Nacional realizaram um importante *workshop* sobre o assunto, Leonardo Dutra



LEONARDO DUTRA E ÂNGELA LEONINA CASTRO, EM PALESTRA NO WORKSHOP

avalia que todos os presentes destacaram que as organizações têm considerado a responsabilidade socioambiental como uma importante diretriz para definir as estratégias corporativas,

sendo de extrema importância para a sobrevivência dos negócios.

O *workshop Riscos e oportunidades associados a informações não financeiras – A importância para os auditores independentes* discutiu, entre outros temas, passivos ambientais e provisionamento contábil.

Dutra, que é diretor de Sustentabilidade da EY, foi um dos palestrantes, ao lado de Ângela Leonina dos Santos Castro, sócia de Business Process Solutions da Deloitte, e Wiliam Calegari de Sousa, sócio de Impostos da KPMG. ✓

**RESERVE EM SUA AGENDA**



**6<sup>a</sup> | CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE  
CONTABILIDADE E  
AUDITORIA INDEPENDENTE**

Comunicação Ibracon

**13 e 14 de junho  
2016**

**Theatro Net  
São Paulo**

**Quer saber como foi a 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente?  
Acesse: [www.ibracon.com.br/conferencia](http://www.ibracon.com.br/conferencia)**

Realização

**IBRA****CON**  
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

# Relevância social

## TERCEIRO SETOR AVANÇA RUMO À ADOÇÃO DE PADRÕES DE GESTÃO

Por definição, fundação é uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, constituída pela destinação de um patrimônio para a execução de determinados fins e fiscalizada pelo Ministério Público.

Por trás de um conceito simples, porém, se esconde uma engrenagem complexa, que requer critérios de gestão semelhantes aos de qualquer corporação para alcançar resultados positivos e assegurar sua sustentabilidade. Atento a essa necessidade, o Terceiro Setor investe cada vez mais na profissionalização e na difusão de boas práticas.

No Brasil, levantamento feito em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou a existência de pouco mais de 290 mil associações sem fins lucrativos e fundações privadas em



MARCELO HENRIQUE DOS SANTOS

atividade, empregando diretamente 2,1 milhões de pessoas.

A estimativa é que, hoje, o número de entidades da sociedade civil já seja superior a 300 mil, movimentando cerca de 8% do PIB, de acordo com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong). Outro dado que reforça a importância do setor é que 70% das gestões em saúde pública estão sob a coordenação de organizações sociais.

São números que, por si só, explicam o esforço para a profissionalização.

A necessidade de melhoria na transparência em prestações de contas e registros contábeis foi observada pela Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis).

“Há dificuldades técnicas de gestão. O que vemos nas entidades do Terceiro Setor, de modo geral, é que são constituídas por pessoas altruístas, abnegadas, mas, em uma proporção não desprezível, falta profissionalismo na gestão”, relata Marcelo Henrique dos Santos, presidente da Profis.

Parte dessa dificuldade se deve ao fato de que a legislação que rege o funcionamento das entidades encontra-se dispersa em várias leis. “Ainda não há uma consolidação da legislação do



Terceiro Setor, às vezes as leis são até contraditórias”, reitera Santos.

Foi justamente para suprir essa carência e auxiliar as entidades que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) criou um Grupo de Estudos para elaboração de uma nova versão do Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor, publicado pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC).

Coordenado por José Antonio de França, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis do Distrito Federal e professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília (UNB), o Grupo teve a colaboração de autores com experiência prática e acadêmica na elaboração dos capítulos, que trazem instruções de boas práticas e governança.

“O livro é uma continuidade, não é o primeiro. Mas esta é uma edição ampliada, com abrangência maior, porque já traz as normas de 2012 para a área”, explica França.

Voltado para o gestor e operadores da contabilidade e auditoria, o manual teve a preocupação de usar uma linguagem adequada e acessível a esses profissionais.



**JOSÉ ANTONIO DE FRANÇA**

Entre as novidades da edição atual está a inclusão de um plano de contas comentado e um capítulo inteiro referente a auditoria.

Com distribuição gratuita e disponível para *download* no site do CFC, a publicação vai contribuir para a harmonização das regras do setor. “Nossa expectativa é que o conhecimento seja difundido”, prevê França.

O setor se prepara para a entrada em vigor, em janeiro de 2016, do novo

regime jurídico das parcerias voluntárias, a lei 13.019/2014, que estabelece dois instrumentos que substituem os convênios, os Termos de Colaboração e os Termos de Fomento.

O Regime Tributário Brasileiro, os conceitos básicos do sistema de controle interno, a necessidade e o trabalho das auditorias das demonstrações contábeis e o plano de contas estão entre as preocupações que devem nortear as boas práticas de gestão. Todos esses itens também são contemplados pelo manual do CFC.

“Os conceitos básicos contribuem para um bom sistema de controle interno e podem ser considerados pelo auditor no desenvolvimento de seus trabalhos, alertando que existem limitações inerentes, que devem ser reconhecidas ao se considerar a eficácia de qualquer meio de controle, tendo em vista a possibilidade de ocorrência da falha humana, como interpretação errônea de instruções, negligência, conluio etc”, reforça a publicação.

Como lembra o estudo preparado pelo IBGE, a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante no que se refere ao reconhecimento da organização e da participação social como direitos e

valores a serem garantidos e fomentados.

Como integrantes de movimentos sociais e outras iniciativas dos cidadãos, associações e fundações sem fins lucrativos são atores sociais e políticos que dão vida à experiência democrática no Brasil. Juntos, influenciam agendas públicas, exercem o controle social, atuam na execução de políticas públicas e criam novos projetos de interesse público.

Por toda essa relevância social, a adoção de bons padrões de gestão torna-se uma medida imperativa.



**DORA SILVIA CUNHA BUENO**

## Fator humano

As perspectivas para o Terceiro Setor no Brasil deram a tônica ao 9º Encontro Paulista de Fundações, promovido, em setembro, pela Associação Paulista de Fundações (APF).

“Nosso tema foi 30 anos de Democracia – As Novas Demandas Sociais e sua Relação com o Terceiro Setor”, explica Dora Silvia Cunha Bueno, presidente da APF.

Segundo ela, o tema escolhido deu a exata dimensão dos desafios que o setor tem pela frente. “Três décadas depois de reconquistarmos os direitos políticos e a plena cidadania, está na hora de avançarmos para uma sociedade que pensa mais em crescimento econômico sustentável e justiça social”, analisa a presidente.

O evento reuniu, aproximadamente, 300 pessoas, entre fundações, associações e demais instituições do Terceiros Setor, além de gestores, profissionais liberais e representantes do poder público.

O encontro tratou de questões tributárias sobre investimentos sociais em tempos de crise, a percepção dos brasileiros quanto à atuação e importância das fundações e associações e o novo Marco Regulatório do Terceiro Setor.

“Nosso temário foi muito diversificado e contamos com a presença de pessoas altamente conceituadas, de modo a trazer visões bastante abrangentes sobre os assuntos”, finaliza a presidente da APF.



# Uma década de trabalho conjunto

A evolução do mercado e da contabilidade foi o destaque no XII Seminário Internacional do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), promovido pela Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC).

O encontro, coordenado por Haroldo Levy Neto, marcou os 10 anos do CPC e foi aberto por Reginaldo Ferreira Alexandre, vice-coordenador de Relações Institucionais do CPC, José Martonio Alves Coelho, presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e Maria Helena Santana, *trustee* da Fundação IFRS.

O seminário reuniu 300 participantes e contou, entre outros convidados, com Amaro Gomes, do International Accounting Standards Board (Iasb).

Reginaldo Alexandre destacou a contribuição de todos que ajudaram a criar e fortalecer o CPC, mas analisou que ainda há um longo terreno a percorrer.

Rogério Hernandez Garcia, diretor Técnico do Ibracon Nacional, mediu o painel que tratou da composição do patrimônio líquido e de referência para o capital de nível 1 (principal e complementar) e nível 2, com Jorge Vieira da Costa Júnior, assessor da Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e Jorge Andrade Costa, membro do CPC, representando a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Rogério Mota, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, palestrou sobre o *impairment* dos ativos financeiros e provisões, ao lado de Alexandro Broedel Lopes, membro do CPC, e Vania Borgerth, do Advisory Council da IFRS Foundation.

Entre os painéis do seminário destacamos, ainda, o que tratou de reconhecimento de receitas (IFRS 15), com as participações de Rudah Luccas e Tânia Relvas, ambos do GT Iasb, e de Sílvio Takahashi, coordenador de Relações Internacionais do CPC e membro da CNNT e coordenador do Comitê de Normas de Contabilidade (CNC) do Ibracon, que atuou como moderador.

O encontro foi encerrado por Roberto Tadeu, diretor da CVM, e Edison Arisa, presidente da FACPC e um dos representantes do Ibracon no CPC.

Tadeu chamou atenção para a importância da transparência para o mercado, bem como o papel do mercado de capitais como alternativa natural de financiamento.

## Homenagens

José Martonio Alves Coelho, presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e Iran Siqueira Lima, ex-presidente do Conselho Curador da FACPC e da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), foram homenageados no evento pela contribuição desde a criação do CPC, em 2005.



**TÂNIA RELVAS, RUDAH LUCCAS E SÍLVIO TAKAHASHI**



**ROGÉRIO MOTA, VANIA BORGERTH E ALEXSANDRO BROEDEL LOPES**



**JORGE ANDRADE COSTA, ROGÉRIO HERNANDEZ GARCIA E JORGE VIEIRA DA COSTA JÚNIOR**



**EDISON ARISA**

# Exemplo para o mundo

## IBRACON COMPARTILHA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA CONVERGÊNCIA



**BID**  
Banco Interamericano  
de Desenvolvimento



Fundo Multilateral de Investimento  
Membro do Grupo BID

O Ibracon lançou uma edição especial da Revista Transparência produzida com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A publicação destaca o processo de convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade e auditoria, desde a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 2005.

“Esta edição especial da nossa revista foi idealizada para compartilhar as experiências de

um projeto pioneiro, resultado do convênio entre o Ibracon e o BID, fundamental para a disseminação de práticas e capacitação de profissionais, de grande contribuição para a sustentabilidade da convergência”, explica Idésio Coelho, presidente do Ibracon.

As reportagens, publicadas em português e inglês, detalham os avanços registrados no processo de convergência no Brasil, de modo a servir de exemplo a outros países.

Idésio Coelho destaca que o processo de convergência no Brasil se deu em um ritmo acelerado e com total a harmonia entre as entidades componentes do CPC: Abrasca, Apimec, BM&FBovespa, CFC, Fipecafi e Ibracon.

“Todas trabalharam com foco na uniformidade, transparência e maior comparabilidade, em benefício do conjunto da sociedade”, diz.

E o Ibracon se orgulha por fazer parte nessa equipe vencedora, seja na tradução de conteúdos fundamentais para a convergência, seja no apoio à educação continuada e à melhor capacitação de contadores e auditores independentes.



A edição especial da Revista **Transparência** já está disponível no portal Ibracon: [www.ibracon.com.br](http://www.ibracon.com.br).

Mas ainda há muitos desafios pela frente: “Precisamos enfrentar as peculiaridades da capacitação profissional, consolidar a convergência no que se refere às pequenas e médias empresas, e continuar a avançar na adoção das normas internacionais de contabilidade para o setor público”, conclui o presidente. ✓



IDÉSIO COELHO

# Código de Ética em análise

Karunaj/Shutterstock



## IBRACON APRESENTA PROPOSTAS PARA O FRAMEWORK DO IESBA

O Ibracon enviou sua contribuição ao International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba), em resposta ao *exposure draft* "Responding to Non-Compliance with Laws and Regulations".

A proposta do Iesba visa a desenvolver um *framework* para orientar os auditores e outros profissionais da contabilidade sobre a condução dos trabalhos quando se depararem com um ato ou fato que não esteja em conformidade com as leis e regulamentos.

No documento, assinado pelo presidente Idésio Coelho e por Rogério Hernandez Garcia, diretor Técnico da Nacional, o Ibracon enfatiza seu "amplo apoio ao *exposure draft*, formulado em resposta aos apelos públicos para um ambiente de negócios mais transparente".

Mas destaca que as alterações propostas ao Código de Ética terão um impacto significativo no Brasil e, provavelmente, em outras jurisdições.

"O Ibracon apoia integralmente o projeto por um ambiente de negócios mais transparente", afirma Sérgio Dias, presidente da 5ª Regional e

coordenador do GT Ética do Ibracon, que discute assuntos relevantes sobre a ética do contador e do auditor, bem como sobre os aspectos de independência do auditor com a finalidade de trazer clareza e consenso

entre os profissionais e as firmas de auditoria do Brasil.

### Pontos de atenção

"Em nossa resposta à consulta pública do Iesba, frisamos que algumas mudanças podem ter impacto significativo no Brasil e outros países, não só para contadores e auditores, mas, potencialmente, também nas esferas regulatórias e judiciais", explica o diretor Rogério Hernandez Garcia.

Entre outros aspectos, o GT também analisou o *exposure draft* do ponto de vista da confidencialidade.

"Quanto à confidencialidade, há uma mudança importante no projeto, uma vez que, quando o profissional contábil determinar que a divulgação de um tema que envolva descumprimento com leis e regulamentos deva ser comunicada a uma autoridade, mesmo que não requerido por lei, isso não será mais considerado uma quebra de confidencialidade pelo Código de Ética, desde que seja uma ação de boa-fé", explica Garcia.

O diretor Técnico da Nacional do Ibracon destaca, ainda, que o documento de resposta enviado



SÉRGIO DIAS

MUDANÇAS PODEM TER IMPACTOS SIGNIFICATIVOS

ao lesba chama a atenção para a necessidade de cuidadosa avaliação quanto à definição do conceito de “interesse público”.

“A norma estabelece que o contador deve alertar a administração e os responsáveis pela governança da entidade para tomar ações que incluem divulgar o tema a uma autoridade, mesmo que não requerido por lei ou regulamento, se entender que isso seria necessário para o interesse público”, explica.

É que, para concluir se o tema deve ou não ser comunicado a autoridades, mesmo que não requerido por lei ou regulamento, o conceito de “interesse público” pode ter interpretações diferentes sob a lei romana e o *common law*, o que pode trazer impacto relevante à profissão.

Segundo Rogério Garcia, mesmo

tendo reconhecido algumas das preocupações levantadas no *exposure draft* anterior, o lesba continua a utilizar tal conceito.

Os sistemas *common law*, ou direito comum, predominam principalmente na Inglaterra, na maior parte dos Estados Unidos, no Canadá e nas antigas colônias do império britânico.

Sua principal característica, em relação aos sistemas jurídicos de origem romano-germânica, baseados em atos legislativos ou executivos, é que o *common law* se desenvolveu por meio das decisões dos tribunais.

Nele, as decisões se baseiam em precedentes, casos já julgados. Não havendo precedentes, os juízes têm autoridade para criar as regras. O *common law* vincula todas as decisões futuras.

## GT Ética

A resposta do Ibracon ao lesba foi pautada pelas discussões realizadas no âmbito do GT Ética.

Segundo o coordenador do grupo, Sergio Dias, devido à convergência das normas brasileiras de auditoria com as normas internacionais, o GT foca seus esforços na análise e comparação das regras de ética e de independência emanadas pelos órgãos reguladores brasileiros em relação às normas emitidas pela Federação Internacional dos Contadores (Ifac).

“Havendo diferenças, o GT Ética pode propor aos órgãos reguladores alterações às normas aplicáveis ao Brasil”, explica Dias.

O grupo também estuda o alinhamento entre as firmas de auditoria sobre a interpretação das regras de independência em relação aos trabalhos prestados.

Podem participar do GT Ética auditores ou profissionais atuantes na área associados ao Ibracon, com conhecimento dos temas abordados.

“Normalmente, os representantes são indicados pelas firmas de auditoria que participam no Ibracon. Os temas debatidos são trazidos pelos membros do GT ou por demandas da Diretoria Técnica do Ibracon e de órgãos reguladores”, explica o coordenador.



ROGÉRIO HERNANDEZ GARCIA

# Investindo em formação



CURSO REALIZADO NA 5ª SEÇÃO REGIONAL DO IBRACON

Capacitador nato do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Ibracon promove uma ampla gama de eventos alinhados com as normas de ensino da Federação Internacional dos Contadores (Ifac).

Além de cursos modulares e treinamentos voltados para a atualização profissional, o Instituto também realiza seminários e palestras e oferece cursos *on-line*, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), para facilitar o acesso dos profissionais que atuam distantes dos grandes centros urbanos.

Em 2016, além dos cursos à distância em parceria com a Fipecafi, o

Ibracon vai ampliar a grade de *elearning* com cursos exclusivos.

Até outubro, foram realizados 70 eventos presenciais, com carga horária total de 450 horas, com 1.400 participantes.

Essa atuação se dá graças à participação das nossas Seções Regionais (SR), que ampliam, ano a ano, a oferta de atividades de Educação Continuada.

A 3ª SR, por exemplo, realizou os cursos Formação de Trainee de Auditoria e Imobilizado e Intangível - Gestão e Controle de Acordo com as Leis 11.638/07 e 11.941/09, e os CPC 04, 27, PME e ICPC 10.

A 5ª SR teve grande aceitação do

público participante no curso IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, que tratou do Reconhecimento de Receitas, apresentando os principais pontos trazidos pela IFRS 15, de maio de 2014.

O curso abordou a identificação da transação de venda, venda de produtos/prestação de serviços, reconhecimento de receitas de juros/royalties e dividendos, identificação das obrigações de desempenho e determinação do preço da transação, entre outros aspectos da norma. Novas datas estão previstas para a realização do curso em 2016. ✓

O calendário de cursos de todas as Regionais está disponível no Portal do Ibracon.



## Entidades cooperativas

O Ibracon enviou resposta à audiência pública do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que trata da Interpretação Técnica Geral ITG 14 – Quotas de Cooperados em Entidades Cooperativas e Instrumentos Similares e da ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

Assinado por Idésio Coelho, presidente do Ibracon, e por Rogério Hernandez Garcia, diretor Técnico, o documento pode ser lido na íntegra no Portal do Ibracon, no link <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=3248>.

## Tributo sobre a renda

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) respondeu à audiência pública do International Accounting Standards Board (IASB) sobre o IAS 12: Tributos sobre a Renda, que trata da apresentação das consequências fiscais de pagamentos de juros de instrumentos financeiros classificados como capital próprio, em especial do parágrafo 52B.

No documento, o CPC observa que os problemas descritos no projeto não são comumente observados em nossa jurisdição.

## IFRS Foundation

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) enviou respostas às audiências públicas da IFRS Foundation sobre os seguintes assuntos:

### IFRIC - Transações em moeda estrangeira

Mesmo apoiando a iniciativa, o CPC sugere que as conclusões do documento poderiam ser melhor apresentadas como uma alteração à atual IAS 21 e não como uma Interpretação IFRIC.

O CPC se manifestou de acordo

com o Projeto de Interpretação, no qual o IASB aborda como determinar a data da operação para fins de determinação da taxa de câmbio à vista usada para traduzir as transações em moeda estrangeira no reconhecimento inicial de acordo com os parágrafos 21-22 da IAS 21.

### IFRIC: Incertezas nos tratamentos fiscais

O CPC apoiou a iniciativa do Comitê de Interpretação em referência à IFRIC DI - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, mas destacou que a versão atual do IAS 12 poderia ser alterada, a fim

de fornecer orientações adicionais sobre a forma de determinação do lucro tributável (perda fiscal), bases fiscais, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

### Outreach sobre Concessões

Quanto ao Outreach - Regime Combinado de Concessão de Serviços e de Arrendamento Mercantil, o CPC considerou que as questões relacionadas com o âmbito e a apresentação do contrato de concessão de serviço que envolve um contrato de locação de infraestrutura não são comuns na jurisdição brasileira.

As contribuições citadas estão disponíveis no Portal Ibracon, na área restrita aos associados.



# pingos e respingos

## Universidade Mackenzie

Carlos Alberto de Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional da Nacional do Ibracon, palestrou para os alunos e professores do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ocasião em que apresentou também o Prêmio Transparência Universitário do Ibracon.



Carlos Souza fala da atuação do Ibracon

## Ambiente Empresarial

Rogério Hernandez Garcia, diretor Técnico do Ibracon, palestrou sobre "O Papel do Contador/Auditor e os Limites da Responsabilidade na Prestação de Serviços Contábeis e Auditoria Externa", na 6ª edição do Ambiente Empresarial 2015, do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Ceará (Sescap-CE).

## FAPMP

Monica Foerster, diretora de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon Nacional, apresentou ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) o trabalho que vem desempenhando, como representante do Instituto e do CFC, no SMP Committee (Comitê das Firms de Pequeno e Médio Portes) da International Federation of Accountants (Ifac).

Representante da América Latina no SMP Committee, Monica Foerster assumiu, em 2015, a vice-presidência do órgão.

## Academia Pernambucana



Marcelo Galvão Guerra (à esquerda)

Marcelo Galvão Guerra, presidente da 2ª Seção Regional do Ibracon, tomou posse como membro na Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon).

## Novo diretor da CVM

Representado pelos diretores da Nacional Rogério Hernandez Garcia e Francisco de Paula dos Reis Júnior, o Ibracon marcou presença na cerimônia de apresentação ao mercado do novo diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Gustavo Tavares Borba, com mandato até 31/12/2019.

## Ministério da Fazenda e STF

Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon, realizou, em Brasília, uma apresentação do Instituto ao secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Tarcisio Godoy.

O encontro tratou de temas importantes para o desenvolvimento da profissão, como limitação de responsabilidade do auditor independente e a tributação das sociedades de auditores. Também participaram da reunião Antoninho Marmo Trevisan, presidente da Trevisan Escola de Negócios, e Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Ibracon.

Os mesmos temas foram tratados por Pocetti, Fuchida e Trevisan em reunião com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

## 16º Congresso do IBGC

O Ibracon participou do 16º Congresso de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), representado pelo presidente do Conselho de Administração Eduardo Pocetti. No evento, que marcou os 20 anos da entidade, o IBGC lançou a 5ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.

## Previc

A regulação da prestação de serviços pelos auditores independentes por entidades supervisionadas pela Previc foi tema de reunião do Ibracon, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

## Unoesc

A Nacional do Ibracon recebeu os alunos do curso de Graduação de Ciências Contábeis da Unoesc – Campus São Miguel do Oeste, de Santa Catarina. Os jovens puderam conhecer mais sobre a atuação do Ibracon e a profissão do auditor independente.



## Assembleia da Ifac

Idésio Coelho, presidente do Ibracon Nacional, participou do Ifac Council Meeting, a assembleia ordinária da Federação Internacional dos Contadores (Ifac), entidade que tem o Ibracon como um dos fundadores. A reunião aconteceu em Singapura e, na ocasião, foram apresentados os relatórios das atividades do Conselho de Administração e dos diversos comitês operacionais. Também se deu a aprovação dos novos membros do Conselho de Administração e da nova composição do Comitê de Nomeações da Ifac. Além disso, foi apresentado o relatório da implantação do planejamento estratégico e aprovada estratégia de atuação para o ciclo 2016-2018.

## Prerrogativas do profissional contábil



Roberto Monello, Didmar Duwe, Luiz Fernando Nóbrega e Marco Aurelio Fuchida

A Comissão para Defesa de Direitos e Prerrogativas do Profissional Contábil, criada pela Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento,

Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) com a participação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Ibracon, se reuniu na sede do Instituto, em São Paulo.

Na reunião, Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Ibracon, Luiz Fernando Nóbrega, vice-presidente do CFC, e os diretores da Fenacon Ricardo Roberto Monello e Didmar Duwe, trataram da limitação de responsabilidade do profissional da contabilidade, do projeto de preservação dos direitos dos profissionais da contabilidade em operações de busca e apreensão e da criação de cartilha sobre as leis de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Anticorrupção.

## XXIX Convenção de Santa Catarina



Idésio Coelho prestigiou o encontro

A XXIX Convenção da Contabilidade do Estado de Santa Catarina (Contesc), realizada em outubro, teve como tema *Contabilidade Inovando e Construindo o Futuro*.

Promovida pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC-SC), em conjunto com a Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina (Fecontesc), Associação Catarinense de Contabilidade (ACC) e demais entidades contábeis catarinenses, a convenção contou com a presença do presidente da Nacional do Ibracon, Idésio Coelho.

## 16ª Conescap

O Ibracon participou da 16ª Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Conescap), em Olinda (Pernambuco), promovida pela Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) e realizada pelo Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado de Pernambuco (Sescap – PE). O diretor de Comunicação da Nacional, Francisco Maldonado Sant'Anna, e Marcelo Galvão Guerra, presidente da 2ª Seção Regional do Ibracon, participaram do evento.

## Delegação de Moçambique



Idésio Coelho, à cabeceira da mesa, e Marco Aurelio Fuchida, à direita

O Ibracon Nacional recebeu a delegação da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (Ocam), chefiada pelo vice-presidente da entidade, Venancio Chirime. A Ocam tem apenas dois anos de funcionamento e a delegação veio ao Brasil conhecer a atuação do Instituto e analisar possíveis parcerias entre as entidades. A comitiva foi recebida pelo presidente Idésio Coelho e o superintendente geral Marco Aurelio Fuchida.

# Segredo do sucesso: *networking* e atualização

O *networking* e a atualização são essenciais para o sucesso profissional. Quem ensina é Zulmir Ivânio Breda, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

“Isso vale para qualquer atividade profissional, em especial na nossa, que exige relação de confiança com quem contrata os nossos serviços”, diz o gaúcho que, em outubro, recebeu o título de Cidadão Emérito de sua cidade natal, Porto Alegre. Mais do que uma homenagem a um filho da terra, o título foi um reconhecimento à sua relevante atuação no desenvolvimento da classe contábil.

“Foi uma honra. A proposta partiu da vereadora Lourdes Sprenger, nossa colega contadora, como um reconhecimento ao meu trabalho pela classe contábil”, orgulha-se Breda. Sempre pensando em formas de difundir a valorização profissional da classe, ele acrescenta: “Essa homenagem também ajudou

a divulgar e promover a nossa profissão”.

E ele tem razão. A indicação, aceita por unanimidade na Câmara Municipal de Porto Alegre, mereceu destaque por parte da imprensa especializada.

O curso de Ciências Contábeis é o quarto mais procurado no Brasil. Mas, na década de 1970, quando Breda se graduou, a realidade era outra.

“O curso ainda não tinha a visibilidade atual, apesar da boa qualidade. Tanto na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) quanto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) havia professores renomados e bem titulados. A maioria deles, além da atividade acadêmica, trabalhava em empresas ou órgãos públicos, trazendo a experiência da atividade profissional”, recorda.

Ele conta que, na época, a maioria dos colegas de aula queria trabalhar nas firmas de auditoria independente.

“Trabalhar em uma das firmas internacionais do setor era algo muito cobiçado. Elas já desenvolviam programas de *trainees*, pois era uma prática muito usada em suas matrizes. Havia, ainda, a possibilidade de estágios em escritórios contábeis ou mesmo em empresas comerciais, industriais e de serviços, que contratavam estagiários”, diz.

Hoje, além da possibilidade de carreira nas firmas de auditoria e contabilidade, os jovens profissionais também encontram vagas em todos os segmentos da atividade econômica, seja no setor público, na iniciativa privada ou mesmo no terceiro setor.

E isso se deve ao processo de forte investimento em formação e educação profissional continuada. “Na década de 1970, a mudança de legislação societária e contábil, com a promulgação da Lei 6.404/1976, provocou a necessidade de atualização dos profissionais, em um movimento semelhante ao que



## ZULMIR IVÂNIO BREDA, VICE-PRESIDENTE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E INSTITUCIONAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)

passamos a partir de 2007, com a edição da Lei 11.638”, analisa Breda.

Desde então, a evolução da contabilidade após a adoção das normas internacionais trouxe grandes desafios para a profissão.

“Naquela época, estávamos engatinhando na edição das Normas Brasileiras de Contabilidade, que começaram a ser promulgadas pelo CFC na década de 80. A legislação fiscal era o referencial básico para a contabilidade”, relembra.

### Dificuldades e desafios são oportunidades

Outra marca da personalidade de Breda é encarar as dificuldades e desafios como oportunidades. “Não se pode esmorecer frente às dificuldades, porque é exatamente nessas situações que amadurecemos e crescemos”, diz. Nascido em uma família humilde, Breda conta que enfrentou muitos desafios. “Eu e meus irmãos tínhamos de trabalhar durante o dia e estudar à noite,

contribuindo para o orçamento familiar. Mas isso fez com que, desde cedo, eu pudesse assumir a responsabilidade pela vida, compreender o valor do trabalho e a importância da aquisição de conhecimentos”, ensina.

Para ele, os exemplos que temos quando crianças são determinantes do nosso caráter e personalidade. “Meu pai, como pessoa correta, íntegra e responsável para com a família, foi muito importante na minha vida”, conta.

Mas, profissionalmente, sua referência foi “o saudoso contador Olivio Koliver, meu professor na graduação em Ciências Contábeis e, depois, presidente no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS), no meu primeiro mandato como conselheiro da entidade”.

E foi seguindo esses dois exemplos marcantes de sua vida, que Breda iniciou sua participação no mercado e nas entidades de classe, até chegar ao cargo que ocupa hoje no CFC. “Em 1981, ingressei no CRC-RS, por

concurso para a função de fiscal. Nesse período, pude conhecer a estrutura do Conselho, a legislação profissional e a classe propriamente dita, porque

### MENSAGEM AOS JOVENS

“TENHAM ORGULHO DA  
PROFISSÃO QUE ABRAÇARAM E  
A EXERÇAM COM DEDICAÇÃO,  
COMPETÊNCIA, ZELO E  
HONESTIDADE, BUSCANDO  
SEMPRE COLABORAR COM AS  
ENTIDADES DA CLASSE PARA  
PROMOÇÃO CONTÍNUA DA  
NOSSA PROFISSÃO.”



**BREDA RECEBE TÍTULO DE CIDADÃO EMÉRITO DAS MÃOS DA VEREADORA LOURDES SPRENGER**

visitávamos os escritórios de contabilidade, as firmas de auditoria, órgãos públicos e empresas em geral, para exercer o trabalho de fiscalização” conta.

Em 1986, também por concurso, Breda começou a trabalhar na Secretaria Estadual da Fazenda. Mais tarde, integrou comissões de estudos de auditoria interna e de contabilidade pública do CRC-RS. Em 1994, foi convidado a compor a chapa para disputar as eleições do CRC-RS, no qual permaneceu até 2013, como conselheiro.

“Foram 20 anos de atividades no CRC-RS, onde cheguei ao cargo de presidente. Essa atuação foi uma forma de contribuir para o crescimento da profissão e de formar um relacionamento com os colegas de classe, com os quais temos sempre algo a aprender. Trata-se de função gratuita e que exige

dedicação permanente, mas que é retribuída com o reconhecimento dos colegas”, afirma.

Essa contribuição para o fortalecimento da profissão continua. Como vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, Breda sempre esteve à frente de projetos e ações em benefícios da classe.

Um deles é a ampliação do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC). “Nossa luta é para oferecer sempre mais cursos e eventos de Educação Continuada, e levar essa formação ao maior número de profissionais, em todo o País”, conta, lembrando que, a partir de 2016, todos os auditores independentes e os preparadores de demonstrações contábeis de empresas reguladas e sociedades de grande porte estarão sujeitos à NBC PG 12.

## Ser pai muda nossa vida

O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, com mandato até 2017, é casado há 35 anos com Vera Lúcia Breda, com quem tem uma filha, formada em Turismo e cursando, agora, a faculdade de Direito na UFRGS. “Quando ela estava concluindo o ensino médio e se preparando para ingressar no superior, tentei convencê-la a seguir a carreira contábil, mas não tive sucesso”, brinca.

## Menor aprendiz e office boy

Breda conta que a escolha pela profissão contábil se deu ainda no ensino médio, quando fez o curso de Técnico em Contabilidade na Associação Cristã de Moços de Porto Alegre.

“Ali, conheci um colega de aula que me convidou para trabalhar na empresa em que ele era gerente administrativo e financeiro. Era uma indústria de lubrificantes e eu aceitei o convite, desempenhando várias funções, pois era uma empresa de pequeno porte”, conta.

Em pouco tempo, Breda já estava envolvido com a contabilidade da empresa, área fiscal e recursos humanos, entre outras. “Comecei a gostar dessa área e, concluído o ensino médio, não tive dúvidas de seguir na área contábil, fazendo o curso de Ciências Contábeis.”

Muito antes disso, aos 14 anos, Breda foi contratado como menor aprendiz em uma tradicional empresa de ferragens e maquinário industrial de Porto Alegre. “Iniciei como *office boy* interno, passando, em seguida, a auxiliar de vendas e, depois, a vendedor interno. Nessa empresa tive os primeiros contatos com os instrumentos de controles de estoques, vendas diretas e também de atendimento às repartições públicas nos processos de licitação. Foi um aprendizado muito importante”, recorda.

Ao falar da filha, Breda avalia que o nascimento dela foi o fato mais marcante de sua vida. “A emoção de ver um filho nascendo é realmente indescritível. É algo muito natural, mas, ao mesmo tempo, muito profundo e significativo, que muda a nossa vida em vários sentidos”, testemunha. ✓

# Você já leu a edição especial da Revista Transparência do Ibracon?

A edição especial bilíngue da Revista Transparência produzida pelo Ibracon com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) já está disponível!

Acompanhe esta edição especial que marca os 10 anos do processo de convergência brasileiro às normas internacionais de contabilidade e auditoria.

Conheça o processo de convergência passo a passo, desde a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 2005, nas palavras de acadêmicos, dirigentes de entidades da profissão contábil e do mundo empresarial.

E mais, confira o que a convergência tem representado para o Brasil no cenário internacional.



Apoio



# Transparência em debate

ISAR BUSCA EXCELÊNCIA NOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS



**AHMED SAMEER EL KHATIB REPRESENTOU IBRACON NO ENCONTRO**

O Ibracon marcou presença na 32ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas sobre Normas Internacionais de Contabilidade e Relatórios (Isar, na sigla em inglês), realizada em Genebra, na Suíça. O Isar é um dos braços da United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Unctad).

O Instituto foi representado por Ahmed Sameer El Khatib, gerente da área Técnica do Ibracon, que integrou a comitiva brasileira ao lado de Fábio Moraes da Costa, representante da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e da Fucape Business School, e de Vania Maria da Costa Borgerth, assessora da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e também representante da Fucape, que presidiu as atividades durante o evento.

“O Isar é o único grupo de trabalho intergovernamental dedicado à transparência e a questões contábeis em nível corporativo”, explica Ahmed. Segundo ele, o grupo auxilia os países em desenvolvimento e economias emergentes na aplicação das melhores práticas de transparência corporativa e contabilidade, a fim de facilitar os fluxos de investimento e desenvolvimento econômico.

“Isso é possível graças ao processo de construção de consenso intergovernamental”, avalia Ahmed, lembrando que o Isar atua em várias frentes, como aplicação das IFRS, contabilidade de PME, divulgação de governança corporativa e relatórios de responsabilidade corporativa e de sustentabilidade.

Para ele, foi uma experiência muito rica. “A reunião aborda uma ampla gama de temas contábeis, com ênfase nos aspectos referentes à divulgação de

informações financeiras e não financeiras para o mercado. Durante os três dias do encontro, os 81 países participantes acompanharam discussões sobre como atingir a excelência na geração de relatórios contábeis de alta qualidade”, avalia Ahmed, que também representou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em Genebra.

Entre os temas abordados, ele destaca as boas práticas para implementação das Normas Internacionais de Auditoria e ações para a melhoria das informações corporativas para a compreensão do atingimento de metas para o desenvolvimento sustentável.

“Também foram realizados dois *workshops* muito enriquecedores. Um, em conjunto com o Global Reporting Initiative (GRI), que tratou dos relatórios de sustentabilidade. O outro abordou especificamente as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (Ipsas)”, finaliza Ahmed. ✓

# Difundindo conhecimento



Realizada em agosto de 2015, a 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon continua repercutindo. Dada a relevância dos assuntos tratados, as Seções Regionais (SR) do Ibracon promovem encontros e seminários para levar às suas regiões os

debates da 5ª Conferência.

Foi o que fizeram a 6ª SR (que abrange os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e a 3ª SR (Rio de Janeiro e Espírito Santo).

A **6ª SR do Ibracon** realizou, em Porto Alegre, o **III Seminário de Auditoria e Contabilidade**, em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS).

Agradecendo o apoio do CRC-RS, Marcelo de Deus Saweryn, presidente da 6ª SR, destacou os esforços da regional em levar informações de qualidade aos profissionais da contabilidade, “para que possam lidar com as mudanças já instaladas e as que ainda estão por vir”.

O presidente Idésio Coelho foi representado por Monica Foerster, diretora de FAPMP da Nacional.



MONICA FOERSTER



MARCELO SAWERYN

A **3ª SR do Ibracon** promoveu o **II Painel de Auditoria e Contabilidade**. Na abertura, o presidente Paulo Buzzi agradeceu ao comprometimento dos profissionais presentes, entre os quais Zulmir Ivânio Breda, vice-



SÍLVIO TAKAHASHI E PAULO BUZZI

presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Sívlio Takahashi, coordenador do Comitê de Normas de Contabilidade (CNC), membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon e coordenador do Grupo de Trabalho lasb representando o Instituto, Rogério Rockembach, membro do Conselho de Administração do Ibracon, e Marco Fabbri, diretor de Desenvolvimento Profissional da 5ª SR do Ibracon.

Representando o presidente Idésio Coelho, o diretor de Regionais



ROGÉRIO ROCKEMBACH, ADELINO DIAS PINHO, MARCO FABBRI E ZULMIR IVÂNIO BREDA

Adelino Dias Pinho parabenizou a 3ª SR por valorizar a profissão e levar aos profissionais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo as principais discussões do mundo contábil.

A 6ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon já tem data marcada: 13 e 14 de junho de 2016. Reserve sua agenda.



# Viagem enriquecedora



ADALBERTO RAMINHO E SUZANA LISKAUSKAS



EDUARDO BALDUINO, ADALBERTO RAMINHO, AHMED KHATIB, AMARO GOMES E SUZANA LISKAUSKAS



“Escrever sobre normas contábeis internacionais não é uma tarefa fácil. Entender como elas são construídas, muito menos. Conhecer os bastidores do International Accounting Standards Board (IASB) e ver como representantes de todo o mundo estão mobilizados para o processo de convergência abre um novo caminho para a compreensão jornalística de um assunto tão denso.”

O depoimento da jornalista Suzana Liskauskas, do jornal *Valor Econômico*, espelha, à perfeição, o motivo da criação do Prêmio Transparência de Jornalismo, do Ibracon, que já está em sua 5ª edição.

Suzana, premiada pela reportagem Nova Regra Global Vai Vigorar em 2017, sobre a IFRS 15, viajou a Londres acompanhada de representantes do Ibracon e de Adalberto Hott Raminho, aluno da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, vencedor do Prêmio Transparência Universitário.

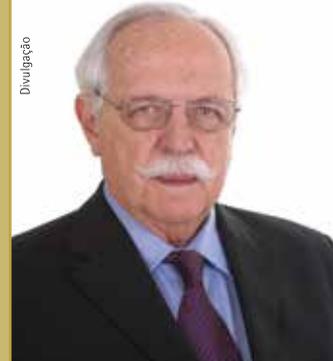
Eles visitaram a sede do IASB, assistiram ao World Standard-setters Meeting (WSS) e foram recebidos no campus da London School of Economics and Political Science (LSE).

Para Adalberto Hott Raminho, a viagem “foi um aprendizado incrível, tanto em aspectos técnicos como culturais. Visitar a sede do IASB na companhia de Amaro Gomes e Eduardo Balduino, representantes brasileiros na entidade, foi muito proveitoso”.

“Ter o privilégio de, em um encontro especial, ouvi-los discorrer sobre como o IASB está estruturado e como lida com as questões mais sensíveis foi enriquecedor”, finaliza a jornalista Suzana Liskauskas.

A professora da PUC Minas, Ana Carolina Vasconcelos Colares, em estágio avançado de gestação, não pôde viajar, mas irá acompanhar o grupo de premiados em 2016. ✓

# O papel da auditoria interna no combate à corrupção



Divulgação

O jurista **MODESTO CARVALHOSA** é sócio-fundador do escritório Carvalho e Eizirik Advogados.

O combate à corrupção deve ser colocado no mesmo nível da luta contra o tráfico de armas, de drogas e de pessoas e a lavagem de dinheiro. A fraude corporativa nada mais é que corrupção, que se dá de maneira interna, envolvendo funcionários e diretores das companhias, que se utilizam de contratos e de relações da empresa para usufruir, tirar vantagens particulares.

No caso da Petrobras, trata-se de corrupção privada e pública. Os diretores fraudaram a companhia, embolsando comissões de contratos, que eram sobrevalorizados, lesando a Petrobras. É um caso sem precedentes: a companhia não teve vantagens na corrupção.

Hoje, o mundo considera a corrupção um tema de interesse global, sendo objeto dos tratados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Esses tratados deixam o Brasil sujeito à jurisdição internacional.

E não podemos nos esquecer do Foreign Account Tax Compliance Act (Fatca), uma lei norte-americana, sancionada em 2010, regulamentada no Código Tributário Norte-Americano, que entrou em vigor em julho de 2014, para combater a evasão fiscal nos Estados Unidos e melhorar a observância de preceitos tributários internacionais.

Por conta dos tratados internacionais, as empresas brasileiras estão sujeitas à legislação internacional. E, desde a Lei nº 12.846 de 2013 (Lei Anticorrupção),

as pessoas jurídicas é que são responsabilizadas pela corrupção, não mais apenas as pessoas físicas diretamente envolvidas na operação corruptiva. É um avanço enorme, que eleva ainda mais o risco a ser assumido pelas corporações.

Além dos aspectos legais, a corrupção se torna, cada dia mais, um péssimo negócio porque, ao vir à tona, atinge a reputação das companhias. Um escândalo provoca um boicote geral aos negócios a nível nacional e internacional. Se o Banco Mundial coloca a empresa no seu index, declarando-a inidônea, ela fica sujeita a sanções no mundo todo.

Por isso, as companhias precisam ter sistemas de *compliance* com total independência, através de um ombudsman, de uma ouvidoria. A auditoria interna deve ser a mola mestra do *compliance*, articulada com programas de inteligência, que ajudem a detectar anomalias.

O sistema de *compliance* é incompatível com uma empresa que sonega imposto, que pratica corrupção, cria cartel. O *compliance* deve ser visto como uma cultura a ser implantada em toda a empresa, a partir de seus administradores para que ela seja de fato correta.

Não basta divulgar que a companhia ostenta um código de ética. As empresas do cartel da Petrobras têm códigos de ética, uma ficção. O código de ética da Petrobras tem 350 páginas! Não adiantou nada, porque faltava o sentido honesto dos negócios com o Poder Público.

Sem uma cultura ética e de integridade, capilarizada, disseminada na empresa, o regime de *compliance* não existe. Empresas que não pagam ou sonegam impostos não podem esperar que seus códigos de ética sejam assimilados pelos funcionários.

O lado bom dos escândalos que presenciamos no Brasil é que estão ajudando a firmar a importância do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da Justiça Federal, do Ministério Público e da Polícia Federal. A atuação dessas instituições dá à sociedade um sentimento de segurança institucional, que ajuda a relativizar a ameaça populista.

Dialeticamente, isso é muito importante. O Brasil está em uma situação de desprestígio, mas as instituições reforçaram a sua importância. Veremos, aqui, o mesmo que ocorreu nos Estados Unidos, após os escândalos corporativos envolvendo empresas como a Enron, a WorldCom e a Tyco. Lá, o resultado foi a aprovação da Lei Sarbanes-Oxley (SOx), com importantes definições sobre práticas de governança corporativa.

Outro fator que leva a corrupção e a fraude a serem um péssimo negócio para as empresas, do ponto de vista da governança, é a delação premiada. Agora, não interessa mais pegar o Al Capone, mas todo o bando, a organização criminosa. A delação premiada é um instrumento muito eficaz que, associado à internacionalização da jurisdição, pode ajudar o Brasil a recuperar sua credibilidade. ✓

# A auditoria na era digital

As novas tecnologias da informação estão levando à quase total desmaterialização dos documentos. E ao *big data*, termo cunhado em referência à impressionante quantidade de informações gerada mundialmente pela informatização da nossa vida.

O *big data* dobra de tamanho a cada ano, impulsionado pelo aumento dos dispositivos móveis, pelas mídias sociais, pelo armazenamento de dados em nuvem. E o que a auditoria tem a ver com isso?

As novas tecnologias, principalmente o *data analytics*, impactam o trabalho do auditor e se tornam cada dia mais fundamentais ao sucesso do negócio. A evolução do mercado de computação e o surgimento de máquinas mais velozes alimentam o desenvolvimento contínuo de

ferramentas mais potentes e de aplicações específicas para a auditoria, para dar conta do grande número de operações, controles, dados, aprovações e arquivos gerados, processados e mantidos por meio eletrônico.

Assim como a quantidade de dados digitais aumentou muito nos últimos anos, as ferramentas também ficam gradativamente mais amigáveis. E podem ser incorporadas ao trabalho de auditoria, para permitir que o auditor se dedique à sua *expertise*, que é analisar os dados, sem dispendar tempo na produção e sistematização desses dados.

As firmas de auditoria, de todos os portes, precisam analisar essas ferramentas e avaliar em quais sistemas e softwares podem ou querem investir.

# Inteligência artificial

“Os avanços em análise de dados já permitem que os auditores tenham uma compreensão muito mais aprofundada das organizações que auditam. Ferramentas específicas vêm sendo construídas para auditoria, incorporando os conceitos de *data analytics* ao dia-a-dia do auditor”, explica João Rafael Araújo, sócio de Auditoria da Deloitte.

Segundo ele, em poucos anos, “o auditor estará trabalhando basicamente com modelos, com inteligência artificial e pondo em prática os conceitos de auditoria contínua. O *data analytics* já é utilizado na prática no mercado, mas começam a surgir ferramentas de *data visualization* e de avaliação que podem facilitar o trabalho e agregar valor aos negócios”.

“As novas ferramentas potencializam e melhoram a capacidade do auditor para aprofundar suas análises e buscar correlação das informações obtidas com os números apresentados nas demonstrações contábeis”, afirma Guy Almeida Andrade, sócio da Magalhães Andrade Auditores.



GUY ALMEIDA ANDRADE

Mas ele enfatiza que a auditoria nunca vai prescindir da experiência dos profissionais. “Quem emite opinião é o auditor. Por isso, qualquer sistema precisa ser parametrizado para, de fato, capturar as informações relevantes que podem servir de *red flags* para os auditores, a partir da busca de pendências ou incoerências nas demonstrações contábeis auditadas”, diz Andrade.

João Rafael Araújo concorda. “Com sistemas corretamente parametrizados, os auditores podem ter uma visão mais ampla da empresa auditada e analisar as demonstrações contábeis como um todo e em detalhes, à medida em que seu julgamento demandar dados mais aprofundados”, explica.

Em um futuro muito próximo, ele avalia que será possível desenvolver modelos predictivos, de inteligência artificial. “É o que chamamos de auditoria contínua”, diz, advertindo que inteligência artificial não tem nada a ver com robôs.

“Quando digitamos uma palavra errada em um site de busca, a inteligência artificial sugere correções, a partir de pesquisas semelhantes feitas pelo usuário ou por outros internautas. Isso, em informática, é trabalhar com a expectativa do usuário, apreendida ao longo do tempo com a interação entre a máquina e o homem”, esclarece o sócio da Deloitte.

Já há aplicações e ferramentas que incorporam inteligência artificial, em linguagem natural, com capacidade de ler milhares de documentos, como contratos e atas de reuniões, assinalando, no contexto, o que pode gerar pontos de atenção, as *red flags*.



JOÃO RAFAEL ARAÚJO

## INOVAÇÕES PODEM AGREGAR MAIOR VALOR AO TRABALHO DO AUDITOR

Esses sistemas podem ler documentos e dados não estruturados. Dado estruturado é aquele formatado em linhas e colunas. Um documento em PDF, por exemplo, é um dado não estruturado. Já há aplicações que permitem importar e ler informações, a partir de milhares de documentos, em diferentes formatos.

A expectativa é que, em alguns anos, todas essas ferramentas estejam conectadas diretamente ao servidor dos clientes, criando um sistema próximo ao conceito da auditoria contínua.

# Tecnologia gera valor ao cliente

Segundo os especialistas, com análises muito mais focadas e bem informadas, a auditoria se debruça sobre o que realmente importa. E, no conjunto, todos ganham: o auditor se dedica à sua *expertise*, o trabalho agrega valor à auditoria e o cliente fica mais satisfeito.

Ao proporcionar qualidade e eficiência à auditoria, a tecnologia gera valor ao cliente, porque permite uma avaliação de risco mais consistente. “Os sistemas de análise de dados de apoio à auditoria contêm uma base de conhecimento específica de cada segmento e indústria que permite a identificação de situações anômalas. A aplicação dessa tecnologia permite ao auditor uma avaliação de risco mais precisa, adicionando maior segurança ao processo de análise”, explica Frank Meylan, sócio da KPMG.

Para ele, à medida em que os modelos vão sendo aperfeiçoados, e as tecnologias de análise de dados voltadas para a auditoria vão se tornando mais sofisticadas, cria-se um importante fator de diferenciação entre as firmas. “Assim como houve a especialização das auditorias para cada segmento de mercado, as tecnologias seguem o mesmo caminho. Ferramentas com tecnologias de inteligência artificial, baseadas em redes neurais com alta capacidade de aprendizado, serão de suma importância na qualidade e eficiência da auditoria em poucos anos”, acredita Meylan.

Clinton Fernandes, sócio de Auditoria da EY, concorda. “As novas ferramentas de análise de dados proporcionam um melhor entendimento dos processos e negócios dos clientes, para identificar riscos financeiros e se esses riscos



FRANK MEYLAN

causaram distorções relevantes nas demonstrações contábeis”, explica.

O sócio da KPMG Frank Meylan afirma que os órgãos de fiscalização também estão investindo em tecnologia, como o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

“A utilização de ferramentas automatizadas, que possam ser conectadas aos sistemas das empresas e verificar os dados que deram origem aos arquivos enviados aos reguladores, é de grande importância para verificar a integridade dos processos e controles internos. O aumento da capacidade computacional e de armazenamento dos computadores

SISTEMAS VÃO  
LEVAR AUDITORIAS  
A SE ESPECIALIZAR  
EM DETERMINADAS  
INDÚSTRIAS OU  
SETORES

permite o processamento de grandes quantidades de transações, verificando cada etapa do processo e se os resultados produzidos estão adequadamente registrados. Agregar a inteligência do setor da indústria permite às ferramentas aplicar um conjunto de testes e verificações predefinidos e comparar com os resultados esperados. Em caso de inconsistências, a ferramenta pode direcionar testes adicionais e aprofundamento da análise”, analisa Meylan.

Jorge Manoel, sócio-líder de Auditoria da PwC, ensina que “é preciso atualizar sistemas, processos e estruturas, para elevar a qualidade da auditoria, a partir de ferramentas de extração de informações e criando *templates* dos conceitos de auditoria”.

Segundo ele, a inteligência digital depende da inteligência que for introduzida nas ferramentas. “Há soluções de auditoria customizadas para cada segmento de negócio”, informa, explicando que cada segmento de mercado tem suas características de *compliance* para atender.



CLINTON FERNANDES



**JORGE MANOEL**

“As soluções digitais precisam ser customizadas, para que o auditor possa extrair as informações necessárias, como implemento de custos, participação de *market share* e atendimento de normas do regulador. Desse modo, o auditor pode usar sua *expertise* para analisar as transações e o potencial de risco e não conformidade”, explica Jorge Manoel.

Ele também avalia que a tecnologia já avança rumo à auditoria em tempo real, com sistemas que conversam com os sistemas do cliente e levantam *red flags* quando detectam inconsistências.

“Com boas ferramentas, o auditor não precisa ficar processando documentos. Isso é bom para ele, para os clientes e para a governança. Traz benefícios para todos os *stakeholders*”, garante.

Em sua opinião, as firmas de menor porte, em sua maioria, também contam com pessoal qualificado. “Elas têm equipes com conhecimento de primeira linha. E podem, inclusive, procurar parcerias e acordos, para agregar ainda mais conhecimento. Muitas firmas de médio porte já trabalham associadas e conectadas a firmas internacionais”, finaliza.

## No futuro

O sócio de Auditoria da Deloitte diz que, apesar da grande evolução, ainda há muito a avançar rumo à auditoria contínua.

“Hoje, é possível obter os dados da empresa auditada, no formato em que são gerados, e fazer um *upload* em aplicações de *analytics*. Oportunamente, isso poderá fluir automaticamente para os sistemas e suas aplicações. A prática chegará ao ponto em que os dados da entidade auditada estarão conectados à mesma ferramenta. Aí, teremos a auditoria contínua”, explica João Rafael Araújo.

Segundo ele, o *upload* da informação da empresa auditada já imprimiu maior celeridade ao trabalho.

“Antes, era preciso esperar a empresa auditada processar a contabilidade e concluir as demonstrações contábeis. O processo continua assim, mas já se dá com maior eficiência. No futuro, será possível diluir o trabalho ao longo do ano. Ao ter uma base das transações de janeiro a junho, é feito o *upload* dessas informações e começa o trabalho em cima delas. A eficiência desse sistema vai permitir adiantar os trabalhos”, assegura.

Se, em vez de receber um arquivo com milhões de linhas, o auditor puder acessar um sistema que permite conectar aplicações, ver todos os dados representados graficamente, ele poderá se dedicar à sua *expertise*, que é analisar esses dados de acordo com as normas da contabilidade e da auditoria.

“Ele poderá exercer seu julgamento a partir de uma visão global da empresa auditada, descendo a detalhes sempre que julgar necessário”, explica o sócio da Deloitte.

Ele conta que já há aplicações por razão geral, por exemplo, nas quais se podem visualizar os usuários que mais fazem lançamentos, quais contas contábeis são mais utilizadas.

“Uma conta de receita, por exemplo, é sempre muito utilizada, com as transações que ocorrem diariamente. Mas pode haver outra conta, menos utilizada normalmente, e que passa a ser muito movimentada. A auditoria poderá recorrer a detalhes dessa conta e exercer seu julgamento, se a movimentação faz sentido ou não. Eventuais inconsistências podem ficar mais evidenciadas”, conclui. ✓

# Nova direção

## FELIPE PÉREZ CERVANTES ASSUME PRESIDÊNCIA DO GLENIF

O Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Información Financiera (Glenif) renovou sua direção, tendo à frente o novo presidente, Felipe Pérez Cervantes, representante do México.

Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon, foi eleito vice-presidente e representante do Brasil e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na diretoria do grupo, cujo mandato vai até 2017. Também foram eleitos os diretores Jorge José Gil (Argentina), Daniel Sarmiento Pavas (Colômbia), Winston Fernández (Uruguai), Norelly Pinto Vargas (Venezuela) e Ángel Salazar Frisancho (suplente, Peru).

“Desde a criação do Glenif, os representantes dos países latino-americanos passaram a ter mais voz no International Accounting Standards Board (IASB)”, explica Pocetti que, em outubro, participou da primeira reunião de diretoria do Glenif, em San José, na Costa Rica.

“Discutimos ações para os próximos dois anos, a aprovação das modificações estatutárias e a participação nos grupos técnicos, entre outros assuntos da profissão”, explica Pocetti.

O Glenif reúne entidades de 17 países da América Latina e tem como objetivo trabalhar em parceria com o IASB, para promover a adoção da convergência das normas internacionais de contabilidade e cooperar com governos, reguladores e outras organizações regionais, nacionais e internacionais.

Em entrevista exclusiva à *Transparência Ibracon*, Pérez falou dos planos e desafios do Glenif. Entre eles, citou o esforço para que todos os países latino-americanos participem da entidade; a criação de grupos técnicos, fazendo com que o



**WINSTON FERNÁNDEZ, NORELLY PINTO VARGAS, FELIPE PÉREZ CERVANTES, EDUARDO POCETTI E JORGE JOSÉ GIL**

trabalho do Glenif chegue às profissões contábeis de cada um dos países; e o aumento da representação dos países-membros nos Grupos Técnicos de Trabalho (GTT) criados para atender às audiências do IASB.

Segundo ele, a identificação de temas de interesse para a América Latina também está nos planos do Glenif, de modo que o IASB os inclua na sua agenda.

Entre esses temas, Pérez cita o reconhecimento dos efeitos da inflação e não só da hiperinflação; o tratamento adequado das flutuações cambiais; a divulgação de informações das demonstrações contábeis; e as normas para entidades com fins não-lucrativos.

# Avanços na região

O novo presidente do Glenif considera um grande avanço o fato de a maioria dos países latino-americanos ter adotado as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standard, IFRS), para as empresas listadas no mercado de capitais da região.

“Isso permite que as demonstrações contábeis sejam feitas com uma norma comum, beneficiando os seus usuários. Mas não se deve perder de vista que este aspecto positivo requer um grande esforço para a implementação, difusão e capacitação, para que a aplicação das normas internacionais se faça de forma correta e oportuna”, analisa Felipe Pérez.

Lembrando que o Glenif responde a todos os documentos que o lasb põe em audiência, o presidente informa que, desde 2011, a entidade criou 50 Grupos Técnicos de Trabalho. “É um esforço que já deu muitos frutos, pois, de cada GTT, participam representantes da maioria dos países que integram o Glenif, aportando sua experiência técnica, o que permite dar propostas que, entendemos, o lasb leva em conta para a emissão final de suas normas”, completa.



FELIPE CERVANTES



## DESAFIO É AUMENTAR A PRESENÇA DA AMÉRICA LATINA NO DESENVOLVIMENTO DAS NORMAS

O novo presidente destaca que o Glenif participou do Accounting Standards Advisory Forum (Asaf) desde a sua criação, designando um representante da região para este grupo que assessorava o presidente do lasb.

“A regulamentação contábil nacional e internacional é muito dinâmica e demanda que os países latino-americanos se mantenham constantemente atentos às novas normas emitidas pelo lasb para poder entendê-las melhor, implementá-las em seus países e incluí-las em suas normas locais”, relata.

Pérez considera que, graças ao trabalho de equipe dos 50 GTT criados pelo Glenif, os países latino-americanos puderam se fazer ouvir. “Isso criou condições para que o lasb considere a América Latina como uma região que traz contribuições muito importantes para o desenvolvimento de melhores normas contábeis”, diz.

“É um trabalho que apenas se inicia. Nosso grande desafio é aumentar a presença da América Latina no desenvolvimento das normas internacionais, tornando-as cada vez mais transparentes e de alta qualidade”, conclui Felipe Pérez Cervantes. ✓

# IBRACON

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

A Revista Transparência Ibracon é uma publicação trimestral do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil  
Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9º and.  
CEP 01323-001  
Bela Vista, São Paulo, SP  
Tel/Fax: (11) 3372-1223  
www.ibracon.com.br  
revistatransparencia@ibracon.com.br

**Conselho de Administração**  
Adeildo Osório de Oliveira  
Antomar de Oliveira Rios  
Eduardo Augusto Rocha Pocetti  
Ernesto Rubens Gelbcke  
Fernando Dantas Alves Filho  
Idésio da Silva Coelho  
Jorge Luiz Canabarro Menegassi  
Juarez Lopes de Araújo  
Marcelo de Deus Saweryn  
Marcelo Galvão Guerra  
Paolo Giuseppe Lima de Araújo  
Paulo Buzzi Filho  
Paulo Cezar Santana  
Pedro Augusto de Melo  
Raul Corrêa da Silva  
Rogério Costa Rokembach  
Sérgio Antonio Dias da Silva

**Diretoria Nacional**  
Presidente  
Idésio da Silva Coelho Júnior  
Diretor Técnico  
Rogério Hernandez Garcia  
Diretor de Administração e Finanças  
Francisco de Paula dos Reis Júnior  
Diretor de Desenvolvimento Profissional  
Carlos Alberto de Sousa  
Diretor de Regionais  
Adelino Dias Pinho  
Diretor de Comunicação  
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna  
Diretora de FAPMP  
Monica Foerster

**Superintendente**  
Marco Aurelio Fuchida

**Conselho Editorial**  
Adelino Dias Pinho  
Alfried Plöger  
Fábio Moraes da Costa  
Fernanda Queiroz Rivelli  
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna  
Heloisa Helena Montes  
Henrique José Fernandes Luz  
Iran Siqueira Lima  
Jorge Alberto da Cunha Moreira  
Jorge Luiz Canabarro Menegassi  
Marco Aurelio Fuchida

**Colaboração**  
Shirlei Liberal Nogueira Lima

**EXLibris**  
1998 comunicação integrada

Av. Paulista, 509, cj. 602  
01311-000 São Paulo SP  
Tel: (11) 3266-6088  
contato@libris.com.br  
www.libris.com.br

Jornalista Responsável  
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora-chefe  
Geralda Privatti

Colaboradores  
Débora Diniz  
Denise Ramiro  
Eduardo Tavares  
Marcos Zeitouné



Projeto gráfico e diagramação  
AreaDesign - Wilma Temin

Impressão  
Vox Editora

# Lançamento: E-book IFRS 2015 (Tradução Oficial)

Como destaques, a edição apresenta a Norma revisada IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e a emissão da Norma IFRS 15 – Contratos com Clientes.



A edição 2015 da obra Normas Internacionais de Relatório Financeiro já está disponível para venda!

A versão em português será comercializada no formato eletrônico (E-book), mais rápido e prático, e apresenta diversas vantagens. Confira:

#### Vantagens do E-book:

- Acessível em computadores e dispositivos móveis;
- Permite a busca por palavras-chave;
- Possibilita a realização de anotações;
- Integrado ao IDR - Ibracon Digital Reader, que viabiliza a leitura de outras publicações adquiridas na Loja Virtual do Ibracon e demais conteúdos disponibilizados.

✓ **Venda exclusiva: [www.lojaibracon.com.br](http://www.lojaibracon.com.br)**  
Acesse e conheça os valores especiais para associados ao Ibracon.

O Ibracon é o único órgão autorizado pela IFRS, no Brasil, a editar e traduzir a publicação.



## Nacional

**Ibracon - Instituto dos Auditores  
Independentes do Brasil**  
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar  
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP  
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223  
[www.ibracon.com.br](http://www.ibracon.com.br)

## Seções Regionais

### 1ª Seção

Rua Azevedo Bolão, 28  
60450-675, Fortaleza, Ceará  
Fone/fax: (85) 3065-1099  
[ibraconprimeira@yahoo.com.br](mailto:ibraconprimeira@yahoo.com.br)

### 2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405  
51111-030, Recife, PE  
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175  
[ibraconsegunda@smartsat.com.br](mailto:ibraconsegunda@smartsat.com.br)

### 3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504  
20051-040, Rio de Janeiro, RJ  
Fone/Fax: (21) 2233-5833,  
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357  
[ibraconterceira@ibraconterceira.com.br](mailto:ibraconterceira@ibraconterceira.com.br)

### 4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105  
30170-081, Belo Horizonte, MG  
Fone: (31) 3275-3070  
[ibraconquarta@ibracon.com.br](mailto:ibraconquarta@ibracon.com.br)

### 5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,  
9º andar  
01323-001, São Paulo, SP  
Fone: (11) 3372-1223  
[ibraconquinta@ibracon.com.br](mailto:ibraconquinta@ibracon.com.br)

### 6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402  
90020-004, Porto Alegre, RS  
Fone: (51) 3228-3140  
[ibraconsexta@ibracon.com.br](mailto:ibraconsexta@ibracon.com.br)

### 9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91  
Ed. Prado Empresarial, sl. 607  
40279-120, Salvador, BA  
Fone: (71) 3353-2126  
[ibraconnona@ibracon.com.br](mailto:ibraconnona@ibracon.com.br)